

EIA/RIMA
DUTOS OCVAP I E II

Diagnóstico do Patrimônio Cultural Arqueológico

RELATÓRIO TÉCNICO

Responsável Técnico: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani

NOVEMBRO / 2011

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

EMPREENDIMENTO:

DUTOS OCVAP I E II

Coordenadas UTM: 23 K 7.433.268 N / E 416.821
23 K 7.368.830 N / E 457.359

RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO:

Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS

RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS AMBIENTAIS:

Mineral Engenharia e Meio Ambiente Ltda.

RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA ARQUEOLÓGICO:

A Lasca Consultoria e Assessoria em Arqueologia S/S Ltda.

Representante Legal: Luiz Fernando de Oliveira Juliani

Rua Bruno Lobo, 86 – Butantã – S. Paulo – SP

CEP: 05578-020 – Fone / Fax: (0xx11) 3205-0864 / 3722-0864

E-mail: < contato@alascaconsultoria.com.br >

Equipe Técnica: MS. Lúcia de J. C. Oliveira Juliani – Arqueóloga (Coordenação geral e técnico-científica);

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DE RELEVÂNCIA	9
1.1 Clima	9
1.2 Geologia Regional	9
1.3 Geomorfologia	11
1.4 Recursos Hídricos (Hidrologia Superficial)	13
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	15
3. CONTEXTUALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA, ETNO-HISTÓRICA E HISTÓRICA REGIONAL	18
3.1 Contexto Arqueológico Pré-Colonial	18
3.1.1 O Litoral Norte Paulista	18
3.1.2 O Vale do Rio Paraíba	21
3.2 Contexto Arqueológico Histórico	23
3.2.1 O Contexto regional	23
3.3 Formação Histórica e os Bens Patrimoniais dos Municípios Envolvidos .30	
3.3.1 O Município de Caraguatatuba	30
3.3.1.1 <i>Bens tombados e de relevância histórica em Caraguatatuba</i>	33
3.3.2 O Município de Paraíbuna	33
3.3.2.1 <i>Bens tombados e de relevância histórica em Paraíbuna</i>	34
3.3.3 O Município de Jambeiro	35
3.3.3.1 <i>Bens tombados e de relevância histórica em Jambeiro</i>	36
3.3.4 O Município de São José dos Campos	36
3.3.4.1 <i>Bens tombados e de relevância histórica em São José dos Campos</i>	37
4. DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS	40
5. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS	45
CITAÇÕES E BIBLIOGRAFIA	47

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Uso do Território da AID, ilustrando o posicionamento do OCVAP I e II em função da faixa já existente do GASTAU. Fonte: MINERAL 2011	6
Figura 2 - Traçado aproximado do empreendimento OCVAP I e II. Fonte: MINERAL 2011	7
Figura 3 - Esboço geotectônico regional da área abrangida pela Carta Geológica Santos (CPRM, 1999 <i>apud</i> MINERAL, 2011).....	10
Figura 4 - Mapa Geomorfológico regional (Fonte: MINERAL, 2011).....	12
Figura 5 - Material lítico encontrado no sítio Camburu, na UTGCA de Caraguatatuba. Fonte: A Lasca 2009.....	19
Figura 6 - Estrutura indígena evidenciada no sítio Caçapava I. Fonte: Caldarelli, 2002.	21
Figura 7 - Retirada de uma urna funerária da Tradição Tupiguarani no sítio Santa Marina. Fonte: Fundação Cultural de Jacareí.	22
Figura 8 - Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju (1981) apontando as áreas de ocupação tupi (amarelo) e jê (verde). Em vermelho, o traçado do empreendimento OCVAP I e II. Fonte: NIMUENDAJÚ, 1981; extraído de ARQGEO, 2009.....	24
Figura 9 - Índios da etnia Puri, retratados pelo viajante Rugendas, no século XIX. Fonte:(Rugendas, 1979).....	27
Figura 10 - Trabalhos de campo no sítio Chácara Xavier. Fonte: Fundação Cultural de Jacareí, 2005.....	29
Figura 11 - Faiança fina inglesa da A.Bros/Koro (1861 - 1968). Fonte: A Lasca 2008. .	32
Figura 12 - Relógio Solar Praça Dr. Cândido Mota.	33
Figura 13 - Polo Cultural Prof Adaly Coelho Passos.....	33
Figura 14 - Casarões da Praça da Matriz.....	35
Figura 15 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	35
Figura 16 - Sede da Fazenda Conceição. Fonte: CONDEPHAAT	35
Figura 17 - Mercado Municipal de Jambeiro construído em 1896	36
Figura 18 - Igreja Matriz.	36
Figura 19 - Sanatório Vicentina Aranha.....	39
Figura 20 - Igreja de São Benedito.....	39
Figura 21 - Delimitação do sítio arqueológico Ribeiro, na área diretamente afetada pelo GASTAU; compartilhada pelo sistema OSVAP e OCVAP I e II. Fonte: ARCGEO, 2009.	40
Figura 22 - Escavação, amostra do material cerâmico e ação de educação patrimonial durante o resgate do sítio Ribeiro. Fonte: ARCGEO, 2009.	41
Figura 23 - Local onde foram encontrados fragmentos cerâmicos e de louça, próximo ao ribeirão do Cedro, Paraibuna. Fonte: Scientia 2006b.....	42
Figura 24 - Localização da ocorrência de fragmentos (ponto central) e o traçado do empreendimento OCVAP I e II (vermelho). Imagem: Google Earth 2011; Fonte: Scientia 2006b.....	42
Figura 25 - Sr. Nelson, morador da Fazenda Boa Esperança em Paraibuna, mostrando algumas peças históricas encontradas na fazenda e região, destinadas a exposição para visitantes. Fonte: Scientia 2006b.....	43

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

INTRODUÇÃO

É apresentado neste relatório, que deverá compor o EIA-RIMA do empreendimento, desenvolvido pela **Mineral Engenharia e Meio Ambiente Ltda.**, o diagnóstico arqueológico realizado para as áreas de influência dos **DUTOS OCVAP I E II**, obra projetada pela empresa **Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS**.

O empreendimento “Dutos OCVAP I e II” consiste na construção de dois dutos, dos quais o OCVAP I transportará Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e o OCVAP II transportará C5, no sentido UTGCA (Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba) – REVAP (Refinaria Henrique Lage). A obra será realizada dentro de um traçado já estabelecido, impactado e estudado anteriormente, durante a construção do Sistema OSVAP I e II – Escoamento Dutoviário de Álcool e Petróleo (ArqGeo, 2009). O sistema OSVAP, por sua vez, foi implementado na faixa de servidão do GASTAU (Gasoduto Caraguatatuba – Taubaté), que também já passou pelo processo de licenciamento ambiental e estudos arqueológicos em 2006 (SCIENTIA, Diagnóstico Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do Gasoduto Caraguatatuba - Taubaté. Relatório Final, 2006b).

A área onde será implantado os Dutos OCVAP I e II estende-se por cerca de 67km, atingindo uma região que se destaca arqueologicamente dentro do Vale do Paraíba e historicamente pela ocupação ligada aos ciclos aurífero e cafeeiro, que causaram diversas modificações no ambiente natural e também nas populações ali instaladas há centenas de anos.

Para definição da Área de Influência Indireta (AII) do Meio Antrópico, foram considerados todos os municípios cujos territórios, definidos pelo IBGE (2003), deverão ser efetivamente atravessados pelos dutos, considerando-se sua faixa de servidão de 20 metros. Esses municípios, por isso, podem sofrer os efeitos, de alta ou baixa intensidade, das diversas ações do empreendimento.

Assim sendo, são considerados como AII do Meio Antrópico dos Dutos OCVAP I e II os quatro municípios atravessados, como mostra a *Tabela 1*, apresentada a seguir.

Tabela 1 - Municípios definidos dentro da Área de Influência Indireta.

ESTADO	MUNICÍPIO
São Paulo	São José dos Campos
	Jambeiro
	Paraibuna
	Caraguatatuba

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

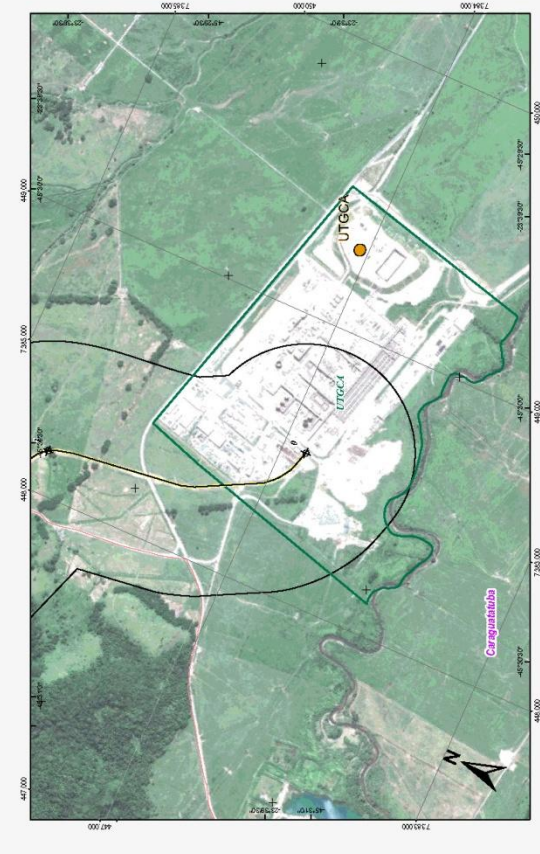
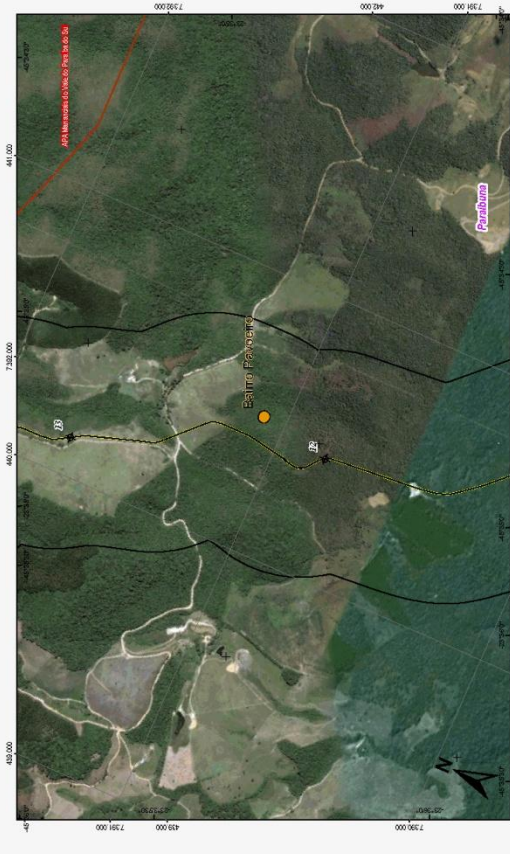
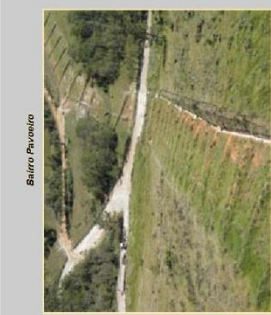
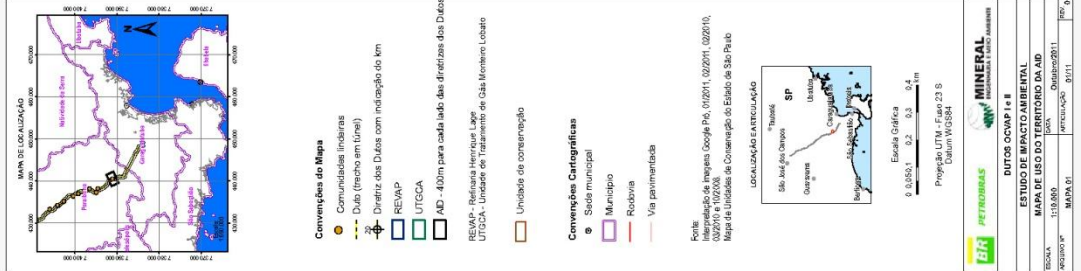


Figura 1 - Mapa de Uso do Território da AID, ilustrando o posicionamento do OCVP I e II em função da faixa já existente do GASTAU. Fonte: MINERAL 2011

A avaliação do patrimônio cultural presente na AI considerou os sítios arqueológicos existentes e o potencial arqueológico da área, os bens tombados e de interesse para preservação presentes na AID e os bens imateriais registrados por município afetado.

Considerando a preexistência de um estudo arqueológico desenvolvido anteriormente, nas Áreas de Influência onde estão inseridos os Dutos OCVAP I e II, ora em análise, este diagnóstico apresenta uma revisão desse estudo anterior, à luz de novas fontes. Cabe ressaltar que a abordagem utilizada anteriormente foi mantida: o estudo considerou tratar-se de uma área pouco conhecida arqueologicamente; portanto, procedeu-se à contextualização arqueológica da região, tanto para a Área de Influência Direta¹ quanto para a Área de Influência Indireta², através de levantamentos de fontes secundárias e bibliográficas.

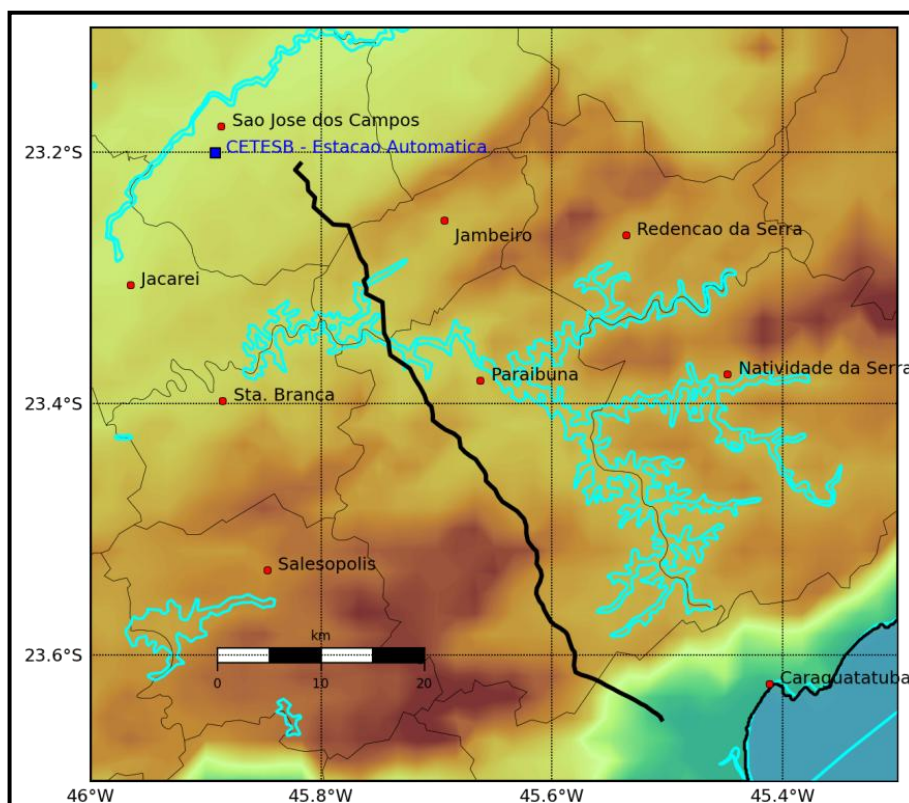


Figura 2 - Traçado aproximado do empreendimento OCVAP I e II. Fonte: MINERAL 2011

A contextualização arqueológica dessas áreas, no entanto, considerou os aspectos regionais, ou seja, os territórios de ocupação (assentamento e captação de recursos) conhecidos

¹ Área de Influência Direta (AID) – considerada a faixa de 800m (400m para cada lado do duto), já incluída a faixa de servidão de 20 metros do Gasoduto, e as de implantação do canteiro de obras e abertura de acessos.

² Área de Influência Indireta (AIi) – abrange todos os municípios cujo território é atravessado pela diretriz do duto.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

para os diferentes grupos pré-coloniais que se instalaram na região. Vale ressaltar que o domínio do território indígena está comprovadamente associado às bacias hidrográficas, os interflúvios representando divisores naturais de áreas de domínio e de ações dos diferentes grupamentos humanos.

As informações coletadas sobre o histórico da ocupação e as observações efetuadas contribuíram para que os aspectos relevantes do Patrimônio Cultural — que, por sua vez, compreende os elementos históricos e arqueológicos relevantes para a formação da sociedade — fossem reunidos, dando suporte ao diagnóstico e à avaliação do potencial arqueológico da área por onde passará o duto, com a proposição de medidas mitigadoras, que garantam a preservação do Patrimônio Arqueológico.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

1. CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DE RELEVÂNCIA³

1.1 Clima

De maneira geral, segundo a classificação climática de Köppen, o clima da região entre São José dos Campos e Caraguatatuba, área de influência do empreendimento, é caracterizado como Cwa, onde:

- ✓ C: mesotérmico, clima chuvoso de latitudes médias com verões amenos; (temperatura média do mês mais frio menor que 18°C, mas acima de -3°C);
- ✓ w: estação seca no inverno (70% da precipitação média anual é observada nos seis meses mais quentes);
- ✓ a: verão quente, com temperatura média do mês mais quente acima de 22°C.

Ou seja, subtropical úmido, com inverno moderadamente seco e verão quente e úmido. Tal clima usualmente ocorre nas porções interiores e nos litorais orientais dos continentes, entre as latitudes de 23° e 25°.

1.2 Geologia Regional

Do ponto de vista geológico, o traçado do futuro empreendimento cruza, a partir da REVAP, as unidades geotectônicas Bacia de Taubaté, Domínio Embu, Domínio Costeiro e Planície Costeira.

A *Figura* a seguir apresenta a Geologia Regional em relação à diretriz dos dutos, a qual foi extraída da Carta Geológica Santos (CPRM, 1999 *apud* MINERAL, 2011).

A Bacia de Taubaté integra o *Rift* Continental do Sudeste do Brasil (RICCOMINI, 1989 *apud* MINERAL, 2011), cuja origem e evolução está relacionada ao processo de abertura do Atlântico Sul. Incluem, na área estudada, as formações Resende, Tremembé, São Paulo e Pindamonhangaba, compostas predominantemente por arenitos e argilitos, estando também presentes conglomerados.

O Domínio Embu corresponde a uma extensa faixa orientada NE-SW limitada, a noroeste, pela própria Bacia de Taubaté e, a sudeste, pela Zona de Cisalhamento de Cubatão, através da qual estabelece contato com o Domínio Costeiro. Na AII do futuro empreendimento, inclui xistos e gnaisses dos complexos Rio Capivari e Embu.

O Domínio Costeiro inclui as rochas metamórficas pré-cambrianas presentes entre a Zona de Cisalhamento de Cubatão e o litoral, compostas principalmente por ortognaisses, com

³ Texto adaptado do RAS do empreendimento (MINERAL, 2011) – Material fornecido pela empresa contratante dos serviços de arqueologia.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

intercalações subordinadas de rochas parametamórficas e granulíticas, representadas pelo complexo homônimo na AII e na AID do futuro empreendimento.

Tanto o Domínio Embu quanto o Domínio Costeiro são intrudidos por rochas ígneas granitoides neoproterozoicas a paleozoicas.

Por fim, na região litorânea, são reconhecidos os sedimentos arenosos e areno-síltico-argilosos cenozoicos de origem marinha e continental da Planície Costeira.

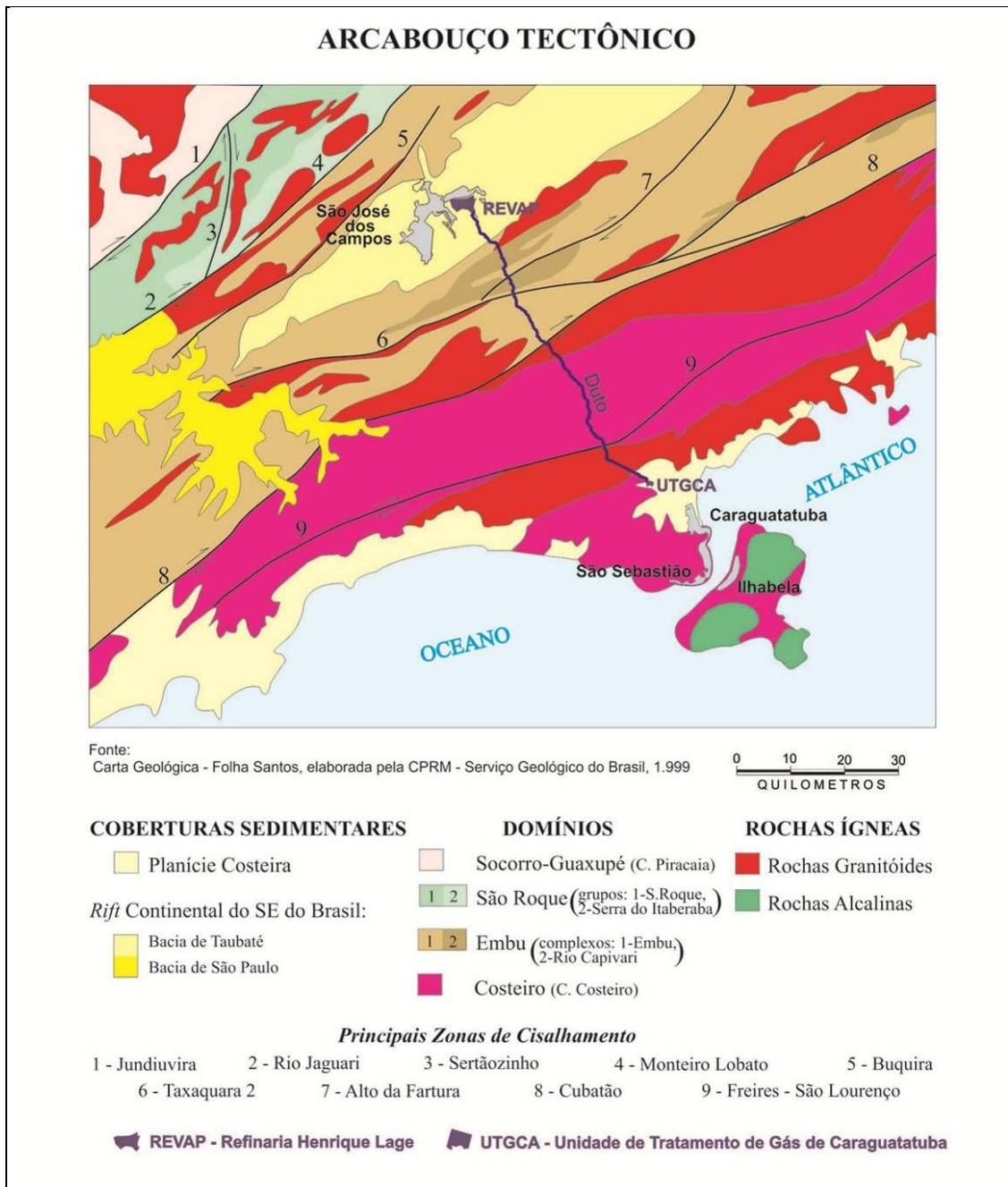


Figura 3 - Esboço geotectônico regional da área abrangida pela Carta Geológica Santos (CPRM, 1999 *apud* MINERAL, 2011).

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVP I E II
		NOVEMBRO / 2011

1.3 Geomorfologia

A Área de Influência Indireta (AII), assim como a Área de Influência Direta (AID) do futuro empreendimento, encontram-se inseridas nas Províncias Geomorfológicas Planalto Atlântico e Costeira, de acordo com a divisão geomorfológica proposta no Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo (IPT, 1981 *apud* RAS do empreendimento, ago./2011) (vide *Figura* a seguir). Essas províncias constituem unidades básicas regionais, e estão compartimentadas em zonas ou unidades geomorfológicas que, por sua vez, são integradas por unidades de relevo.

O Planalto Atlântico é uma região de terras altas, constituídas, predominantemente, por rochas cristalinas, e também por rochas sedimentares da Bacia Cenozoica de Taubaté. As rochas cristalinas são representadas por um conjunto diversificado de litologias metamórficas e ígneas de idades proterozoicas até neopaleozoicas, submetidas a deformações orogênicas que culminaram com o evento Brasileiro, neoproterozoico.

A bacia cenozoica, gerada a partir da abertura do Atlântico Sul e consolidada ao longo do Terciário, continuou a ser modelada por eventos de erosão e sedimentação não-uniformes, no tempo e no espaço, ao longo do Cenozoico Superior.

A Província Costeira constitui o rebordo do Planalto Atlântico e corresponde à área drenada diretamente para o mar. Os sedimentos inconsolidados das baixadas e planícies costeiras foram gerados ao longo de ciclos transgressivos e regressivos da linha da costa durante o Quaternário. As planícies litorâneas estão subordinadas às reentrâncias do fronte serrano.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

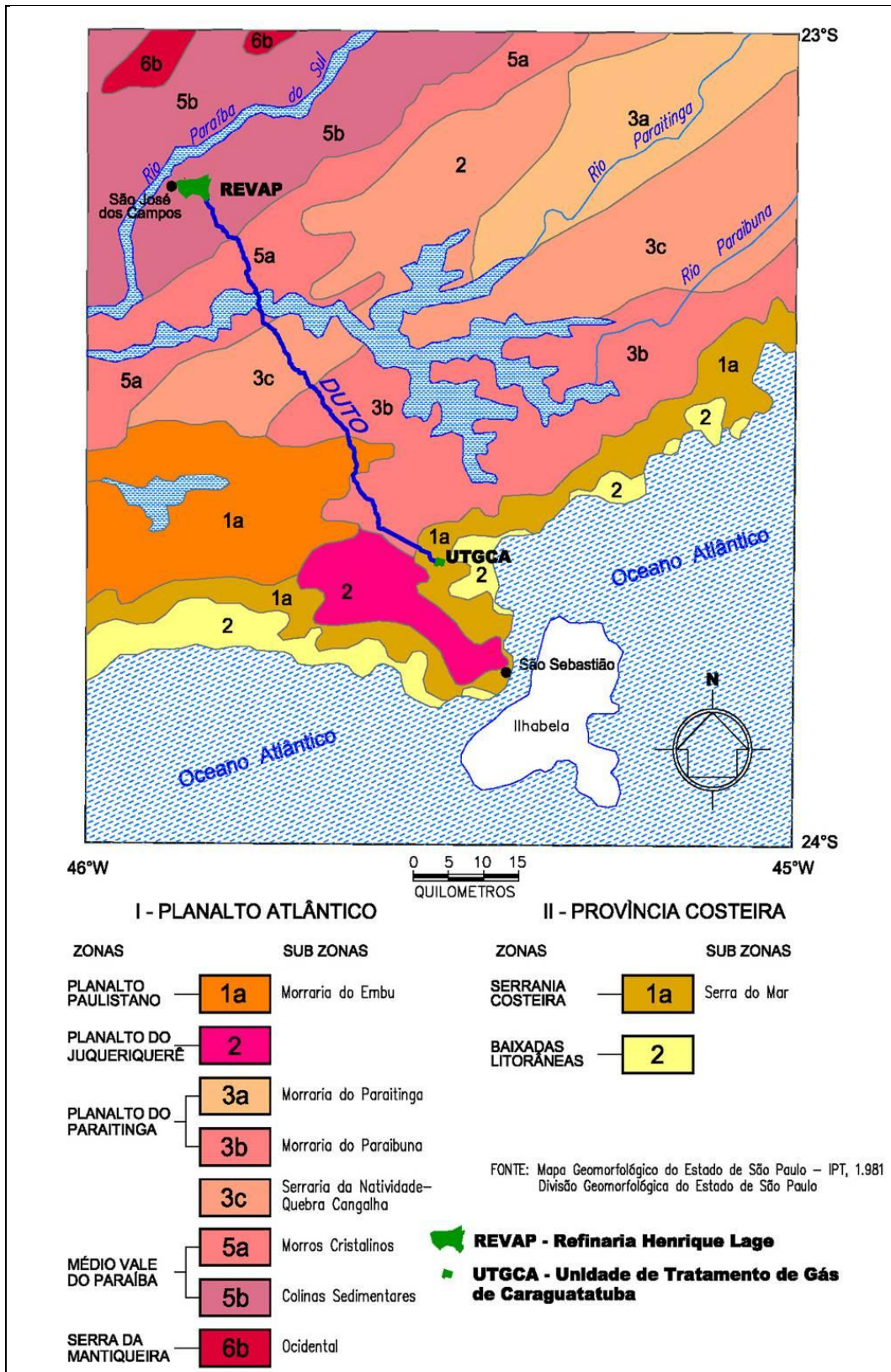


Figura 4 - Mapa Geomorfológico regional (Fonte: MINERAL, 2011).

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVP I E II
		NOVEMBRO / 2011

1.4 Recursos Hídricos (Hidrologia Superficial)

Os dutos OCVAP I e II atravessarão 4 municípios e dezenas cursos d'água. A lista de todas as drenagens atravessadas pela diretriz do duto bem como suas coordenadas em UTM, está apresentada na *Tabela* seguir.

Tabela 2 - Drenagens que serão atravessadas pela implantação dos dutos OCVAP I e II.

Nome do curso d'água	Localização		
	m	UTM (E)	UTM (N)
Rio Alambari	0,3	416637,73	7433027,59
Drenagem sem nome na carta	1,5	416957,56	7432052,22
Rio Alambari	1,6	417079,03	7431983,39
Drenagem sem nome na carta	2	417301,44	7431770,34
Drenagem sem nome na carta	2,2	417445,00	7431614,00
Drenagem sem nome na carta	2,2	417447,28	7431605,12
Drenagem sem nome na carta	2,9	417497,54	7430942,34
Drenagem sem nome na carta	3,1	417600,44	7430752,09
Drenagem sem nome na carta	3,5	417724,04	7430341,69
Drenagem sem nome na carta	3,6	417745,27	7430287,29
Drenagem sem nome na carta	4,3	417911,60	7429643,77
Rio Alambari	4,6	418162,48	7429427,96
Drenagem sem nome na carta	5,2	418646,24	7429290,57
Drenagem sem nome na carta	7,2	419872,43	7427886,85
Drenagem sem nome na carta	7,2	419834,94	7427886,02
Rio Varador ou Varadouro	10	421502,53	7426212,11
Córrego São João	12,3	422392,96	7424274,21
Rio Capivari	14,3	422364,11	7422695,61
Rio Capivari	14,4	422415,12	7422599,00
Drenagem sem nome na carta	16	423193,11	7421349,30
Drenagem sem nome na carta	16	423227,50	7421330,44
Afluente da Represa de Paraibuna	16,1	423252,79	7421244,04
Drenagem sem nome na carta	16,2	423245,03	7421195,28
Drenagem sem nome na carta	16,3	423355,63	7421072,72
Ribeirão do Pantanhão	18,1	424026,92	7419614,30
Drenagem sem nome na carta	19,1	423957,08	7418704,45
Represa de Paraibuna	20,2	424356,47	7417709,39
Represa de Paraibuna	20,5	424439,35	7417489,70
Drenagem sem nome na carta	22,3	425048,73	7416008,56
Córrego Santo Antonio	22,4	425149,13	7415959,40
Drenagem sem nome na carta	23,3	425781,70	7415505,78
Drenagem sem nome na carta	24	426241,26	7414973,75
Drenagem sem nome na carta	24,4	426457,57	7414706,14
Rio do Salto	25,6	427009,07	7413760,40
Drenagem sem nome na carta	27,5	427836,10	7412108,38

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

Nome do curso d'água	Localização		
	m	UTM (E)	UTM (N)
Córrego Maria Azul	29,6	428689,90	7410417,77
Drenagem sem nome na carta	30	428925,25	7410070,64
Drenagem sem nome na carta	32,6	430631,75	7408782,23
Córrego São José	33,6	431081,76	7407883,14
Ribeirão Fartura	34,2	431531,32	7407566,84
Córrego Espírito Santo	36,6	432994,27	7405952,98
Drenagem sem nome na carta	37,6	433236,94	7405002,67
Drenagem sem nome na carta	37,9	433485,55	7404796,01
Córrego Varjão	38,9	434168,48	7404126,60
Ribeirão do Lajeado	40,5	435150,42	7402858,09
Drenagem sem nome na carta	40,7	435234,13	7402781,21
Drenagem sem nome na carta	41	435447,56	7402603,38
Drenagem sem nome na carta	41	435505,84	7402559,02
Drenagem sem nome na carta	41,2	435591,00	7402468,53
Drenagem sem nome na carta	41,3	435639,18	7402415,51
Ribeirão Claro	42,7	436560,67	7401341,89
Drenagem sem nome na carta	43	436599,79	7401093,54
Drenagem sem nome na carta	44	436878,25	7400106,44
Drenagem sem nome na carta	44,9	437131,74	7399385,96
Drenagem sem nome na carta	45,7	437554,51	7398765,01
Drenagem sem nome na carta	46	437520,65	7398501,73
Drenagem sem nome na carta	46,1	437522,84	7398387,54
Córrego Gentil	47,8	437905,98	7396793,94
Drenagem sem nome na carta	47,8	437900,31	7396782,53
Ribeirão do Cedro	49,5	437365,52	7395388,05
Drenagem sem nome na carta	50,6	437852,86	7394414,58
Drenagem sem nome na carta	50,7	437877,98	7394388,69
Rio Lourenço Velho	51,7	438259,16	7393528,64
Rio Lourenço Velho	51,7	438286,14	7393476,87
Drenagem sem nome na carta	52,3	438611,11	7393036,28
Drenagem sem nome na carta	53,6	439550,58	7392229,12
Drenagem sem nome na carta	53,7	439634,24	7392209,00
Ribeirão dos Prazeres	55,7	440505,21	7390629,70
Ribeirão dos Prazeres	56	440560,12	7390371,54
Córrego do Tapiá	56,2	440701,43	7390214,39
Drenagem sem nome na carta	58,2	440974,42	7388408,31
Ribeirão do Pau D'alho	64,5	446473,64	7385727,40
Ribeirão do Pau D'alho	65,3	447100,15	7385230,01
Drenagem sem nome na carta	68	449085,03	7383781,96
Drenagem sem nome na carta	68,1	449118,85	7383748,57
Rio Camburu ou Tinga	69,7	450403,64	7382886,10
Rio Camburu ou Tinga	69,8	450408,72	7382852,55

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVP I E II
		NOVEMBRO / 2011

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O diagnóstico do patrimônio arqueológico das Áreas de Influência do futuro Duto OCVAP I e II visa atender às exigências legais, determinadas por um conjunto de leis e portarias que regem a matéria (Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 3924/61, Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97, Portaria IPHAN nº 230/2002, Resolução SMA/SP nº 34/2003, dentre outras).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, órgão gerenciador do patrimônio arqueológico nacional, assim o define:

“São considerados sítios arqueológicos as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios; os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios; os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento “estações” e “cerâmicos”; e as inscrições rupestres ou locais e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.”⁴

Embora a legislação vigente associe o patrimônio arqueológico aos vestígios materiais deixados por populações indígenas pretéritas, uma simples pesquisa de informações sobre os sítios arqueológicos brasileiros cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Sítios Arqueológicos do IPHAN remete o consultante a 941 bens reconhecidos como sítios arqueológicos históricos. Estes apresentam tipologias variadas e são representados por, desde grandes monumentos como fortes, vilas e igrejas, até ocorrências mais singelas, como os restos materiais de grupos excluídos da historiografia oficial, como quilombos, vestígios de casas e de refugos domésticos de trabalhadores rurais.

Essa situação está relacionada ao reconhecimento, tanto por parte dos órgãos de gestão como da comunidade científica, de que os vestígios materiais de períodos históricos representam uma importante fonte de informação cultural, não substituída e diversa daquela fornecida pela documentação histórica escrita e iconográfica.

Desta forma, o Patrimônio Arqueológico é aqui compreendido como o conjunto dos vestígios materiais culturalmente representativos, remanescentes de uma determinada ocupação humana e com potencial para fornecer informações importantes sobre os padrões de compor-

⁴ <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12944&retorno=paginalphan>

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

tamento daquele grupo. Apresenta, portanto, ampla abrangência temporal e é representado tanto pelos materiais culturais remanescentes das populações pré-coloniais quanto históricas.

O potencial arqueológico de uma área, por sua vez, pode ser definido como a probabilidade de ocorrência de vestígios culturais materiais que apresentem significância para um dado contexto. Poderá variar, ainda, quanto a seu contexto histórico e ambiental, como também em relação aos diferentes padrões de assentamentos humanos.

Para o estudo das Áreas de Influência do futuro duto, a importância do Patrimônio Arqueológico reside no grau de inserção dos vestígios prováveis de serem encontrados e seu contexto sociocultural.

Os bens arqueológicos, essencialmente, estão inseridos em um ambiente natural, cujas características influenciam a sua conservação. Essas características, juntamente com os fatores de transformação antrópica ao longo dos tempos, são fundamentais para que se possa compreender o sítio arqueológico, seu grau de preservação e associá-lo ao histórico de ocupação em dada área de estudo.

Dessa forma, o procedimento básico para contextualizar os sítios arqueológicos e também para se estabelecerem critérios para sua identificação associa-se à coleta, a mais completa possível, das informações já existentes sobre a área a ser avaliada, buscando, nos dados secundários, o balizamento para aprofundar essa análise.

De outro modo, a observação *in loco* da área do empreendimento, associada às informações bibliográficas e à comparação com outras áreas que guardam semelhanças de relevo, hidrografia e outros aspectos ambientais, permite propor áreas que detenham elementos significativos do ponto de vista do potencial da área de estudo.

Em suma, os estudos realizados para os territórios que abrangem as áreas de influência do empreendimento tiveram por objetivo avaliar o potencial para ocorrência de vestígios de interesse arqueológico através dos seguintes elementos:

- ✓ *Da contextualização arqueológica*: que consiste no levantamento secundário de dados arqueológicos, tais como histórico das pesquisas, registro de sítios, sínteses regionais, coleções existentes em instituições museológicas, informação oral, características dos indícios e estruturas, etc., apontando locais de ocorrência já registrados e avaliando o potencial arqueológico da área como um todo;
- ✓ *Das características ambientais de relevância arqueológica*: constituída da eleição de variáveis ambientais consideradas favoráveis à ocupação humana no passado (Kashimoto, 1997), levando-se em conta o suporte de áreas para a captação

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

de recursos e matérias primas, assentamento e subsistência de populações, características topomorfológicas, suporte biótico, etc.

- ✓ *Da contextualização etno-histórica:* a qual objetiva obter uma visão regional e local dos aspectos e informações históricas e étnicas existentes, estabelecendo uma relação preditiva que avalie o potencial da área para a presença de indícios de ocupações e atividades humanas pretéritas;
- ✓ *Do levantamento arqueológico na área de estudo:* refere-se à avaliação e prognóstico de impactos da ADA através de informações orais e levantamento extensivo em campo, sem intervenção de subsuperfície, visando identificar possíveis vestígios arqueológicos existentes que porventura possam ter sido ou venham a ser impactados pela expansão do empreendimento. No caso do presente laudo, serão também utilizados dados secundários de trabalhos de campo realizados anteriormente na mesma área do empreendimento.

Assim, todos os dados reunidos devem proporcionar a elaboração do histórico de ocupação para a posterior análise sobre o potencial arqueológico dessa área, destacando os impactos prováveis de ocorrer ao Patrimônio Arqueológico pela construção dos Dutos OCVAP I e II, sugerindo-se, então, as medidas a serem tomadas para a proteção desse patrimônio, em conformidade com a legislação pertinente.

A seguir são apresentados os dados coletados referentes ao histórico de ocupação e ao patrimônio arqueológico regional, utilizados para a composição deste diagnóstico.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

3. CONTEXTUALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA, ETNO-HISTÓRICA E HISTÓRICA REGIONAL

3.1 Contexto Arqueológico Pré-Colonial

A área de abrangência da All atravessa compartimentos fisiográficos distintos: o litoral norte paulista e o Vale do Paraíba Paulista. Tal diferenciação paisagística nos biomas e na topografia acabou criando condições diferenciadas para a ocupação pré-colonial na região, em função da disponibilidade de recursos e dos processos históricos e culturais.

3.1.1 O Litoral Norte Paulista

Embora as pesquisas arqueológicas no litoral norte tenham sido sempre pontuais, à exceção do município de Ilha Bela, onde um projeto de levantamento permitiu a identificação e o registro de 56 sítios arqueológicos (CALI, 2001; CALI, 2003a; CALI, 2003b), sabe-se que toda essa área foi objeto de ocupações humanas bem-definidas.

Os vestígios arqueológicos mais antigos da região estão associados à cultura sambaqui-eira, presente em todo litoral paulista, e recuando em torno de 4000 – 5000 anos AP. As áreas de maior concentração de sambaquis e sítios concheiros estão na região da Baixada Cananéia-Iguape e Peruíbe (UCHOA & GARCIA, 1983).

No litoral sul, essas populações litorâneas podem ter transitado sazonalmente entre o litoral e o planalto, valendo-se do acesso facilitado pelas vias fluviais da bacia do Ribeira e possibilitando a exploração de recursos diversificados (Schmitz, 1984). Tal idéia é embasada na existência de sambaquis fluviais em altos cursos de rio e da ocorrência de artefatos tradicionalmente associados aos sambaquis (DeBlasis, 1988).

Há evidências que, em torno de 1000 AP, os sambaquieiros passaram a usar áreas menos ricas, como a costa rochosa do litoral norte, e depois desapareceram (Figuti, 1999). Na região de Ubatuba-Caraguatatuba foram encontrados somente quatro sítios associados aos pescadores/coletores de moluscos pré-históricos. A única datação existente para esses municípios é a do sítio Tenório, em Ubatuba, com 1875 anos AP (Uchoa D. P., 1978/79/80). Uma outra data foi obtida em um sambaqui fluvial de Ilhabela recuando em 2500 anos AP (Cali, O patrimônio arqueológico de Ilhabela: pesquisas e reflexões., 2003b).

Embora Caraguatatuba nunca tenha sido objeto de pesquisas arqueológicas mais amplas, foram registrados no município dois sambaquis (um litorâneo e outro fluvial), comprovando que ele faz parte do espaço geográfico ocupado pelos pescadores-coletores pré-históricos do litoral paulista (Uchoa D. P., 1978/79/80).

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

Na própria área da UTGCA / Petrobras foram resgatados dois sítios arqueológicos, sendo que um corresponde ao período histórico – Sítio Morro do Flare (que trataremos mais adiante) – e o outro um sítio acampamento lítico em profundidade (Sítio Camburu), demonstrando o potencial arqueológico da região (A Lasca, Execução dos Serviços de Salvamento Arqueológico do Sítio Camburu, em Subsuperfície, na Baixada da Área Industrial da UTGCA, no Município de Caraguatatuba-SP, 2009). Os vestígios encontrados demonstram que houve uma exploração predominantemente de blocos e plaquetas de quartzo e sílex locais, com eventual material trazido de regiões distantes. As peças de arenito silicificado são de boa qualidade e não ocorrem nas imediações do sítio; haveria, portanto a exploração de jazidas, possivelmente de áreas serranas ou planálticas de onde foram trazidas.



Figura 5 - Material lítico encontrado no sítio Camburu, na UTGCA de Caraguatatuba. **Fonte:** A Lasca 2009.

Os instrumentos ocorrem apenas com lascas e lâminas utilizadas e sem padronização aparente. Assim os artefatos devem se tratar provavelmente de instrumentos ocasionais - improvisados para responder a uma tarefa específica imediata. O abandono do sítio parece estar relacionado com sua própria funcionalidade aparente, ou seja, de acampamento provisório.

Posteriormente, a região foi ocupada por populações horticultoras ceramistas associadas à tradição cerâmica Itararé e Tupiguarani. Os dois grupos ceramistas presentes correspondem a dois povos culturalmente e de línguas diferentes: Jê e Tupi-Guarani, respectivamente, e ocuparam a região até a chegada dos europeus no século XVI.

Os principais traços diagnósticos da cultura arqueológica Tupiguarani são representados pela produção de cerâmica com formas e tamanhos variados, apresentando decoração plástica (corrugada, unglada, serrunglada ou incisa) e pintura policrômica com motivos geométricos (pinturas vermelhas e/ou pretas sobre um fundo branco). O material lítico apresenta ferramentas elaboradas em pedra lascada e pedra polida. As dimensões desses sítios podem ser bastante expressivas, de até mais de 20.000 m², porém são mais comuns os sítios com áreas de

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

2.000 a 10.000 m². São caracterizados, ainda, por apresentarem áreas com manchas de solo antropogênico – manchas pretas, nas quais há adensamento de vestígios materiais.

Até o presente momento, não foram registrados sítios Tupiguarani em Caraguatatuba e os dados sobre a presença desses grupos no litoral norte de São Paulo advêm, majoritariamente, das informações dos cronistas do século XVI (Staden, 1999), devido à falta de estudos arqueológicos sistemáticos realizados na região e o alto índice de destruição causado pelos assentamentos litorâneos do período histórico (Caldarelli S. , 2001/2002). Somente um único caso foi encontrado no município de Ubatuba, mas apesar de apresentar cerâmica Tupiguarani, o sítio Itaguá se encaixa na categoria de sítio de contato por possuir vestígios arqueológicos indígenas e europeus em um mesmo período (Scatamacchia & Uchoa, 1993).

As cerâmica associadas à Tradição Itararé normalmente são de pequenas dimensões, com formas globulares e geralmente com superfícies lisas, de coloração escura e com paredes delgadas. Como elementos decorativos ocorrem, raramente, peças com impressões de carimbos, marcas de cordéis, com pontos de tamanhos e dimensões variadas e com engobo vermelho. O material lítico é mais numeroso e os artefatos são constituídos por facas, vários tipos de raspadores, talhadores, picões, furadores, alisadores, quebradores de coquinhos, lâminas de machados, virotes e mãos de pilões (Robrahn, 1989).

Apesar de não terem sido identificados sítios da Tradição Itararé em Caraguatatuba, pesquisas iniciadas no final da década de 1990 no âmbito do Projeto Arqueológico de Ilhabela (Cali, Projeto Arqueológico de Ilhabela, 2001), identificaram vestígios de cerâmica Itararé em sítios aldeia, acampamentos concheiros e abrigos sob rocha, demonstrando a existência desses grupos jês no litoral norte paulista.

Tabela 3 - Relação dos sítios arqueológicos encontrados no Litoral Norte Paulista. Fonte: SCIENTIA, 2006.

Município		São Sebastião	Ilha Bela	Caraguatatuba	Ubatuba
Sítios pré-cerâmicos	Sambaquis			01	03
	Acampamentos conchíferos		08	01	01
	Oficinas líticas				01
Abrigos sob rocha			07		
Sítios cerâmicos Tupiguarani			01		
Sítios cerâmicos Itararé			01		
Sítios cerâmicos de contato					01
Sítios históricos		02	01		
Sítios não identificados			38		
Total		02	56	02	06

3.1.2 O Vale do Rio Paraíba

Ao contrário do litoral norte paulista, o Vale do Rio Paraíba vem sendo foco de inúmeras pesquisas arqueológicas, tanto no meio acadêmico quanto na arqueologia preventiva.

Apesar de não haverem registros de sítios concheiros ou de caçadores-coletores nessa região do Vale, já foram identificados vários sítios arqueológicos associados aos grupos horticultores ceramistas, representados pelas tradições arqueológicas Aratu e Tupiguarani. Assim como a Tradição Itararé, acredita-se que a Tradição Aratu esteja associada aos grupos de língua Jê, mais especificamente aos ancestrais dos Kayapós que teriam ocupado o Vale do Paraíba à partir da atual região nordeste do Estado de São Paulo e Minas Gerais (ArqGeo, 2009).

O material cerâmico da Tradição Aratu é caracterizado por vasilhas esféricas com base cônica; cilíndricas, de contorno infletido com base cônica, ovoides e semi-esféricas, além de artefatos como um cachimbo tubular não muito prolongado. Em alguns casos, como no sítio Light em Jacareí, houve presença de alguns fragmentos com decoração plástica corrugada, unglada e pintura vermelha sobre branco, o que indicaria contato com grupos Tupis (BORNAL, 2000; SCIENTIA, 2006).



Figura 6 - Estrutura indígena evidenciada no sítio Caçapava I. Fonte: Caldarelli, 2002.

Sua dispersão pelo Vale do Paraíba se encontra em vários municípios como em Aparecida do Norte (Camargo & Camargo, 1990), Natividade da Serra (CALDARELLI *et al*, 2003), Caçapava (CALDARELLI *et al*, 2003) e Jacareí (Bornal, 2000). Datas obtidas para o sítio Caçapava I, no município homônimo, confirmam a presença de populações indígenas da tradição Aratu, por um período de quase três séculos, entre o século XI e meados do século XV d.C. (CALDARELLI *et al*, 2003). Com a exceção das escavações realizadas por Caldarelli e

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVA P I E II
		NOVEMBRO / 2011

Bornal, as evidências da cerâmica Aratu na região são esparsas, se limitando somente à identificação de sua ocorrência.

Independente do grau de aprofundamento das informações obtidas, é certo que houve uma extensa ocupação Aratu no Vale do Paraíba e, quando os primeiros europeus chegaram na região, já não havia mais a presença de suas aldeias e estas, provavelmente, eram ocupadas por outros grupos Jês, Tupis ou Puris.

Em relação á ocupação Tupiguarani, de acordo com os dados disponíveis até o momento, esta parece ser mais recente e que pode ter iniciado em torno de 1400 d.C., aproximadamente um século antes da chegada dos europeus. O sítio Tupiguarani Santa Marina, situado em Jacareí, data do século XV (González & Zanettini, 1999). Assim, a população Tupiguarani estaria adentrando o Vale enquanto a população Aratu se retirava. É possível que essa correspondência não seja uma coincidência e que a saída da população Aratu tenha sido provocada pela penetração Tupi, mas apenas pesquisas mais aprofundadas em outros sítios do Vale do Paraíba, tanto Aratu quanto Tupiguarani, poderão esclarecer a questão (SCIENTIA, Diagnóstico Arqueológico e Histórico-Cultural da área da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA), município de Caraguatatuba, SP, 2006a).

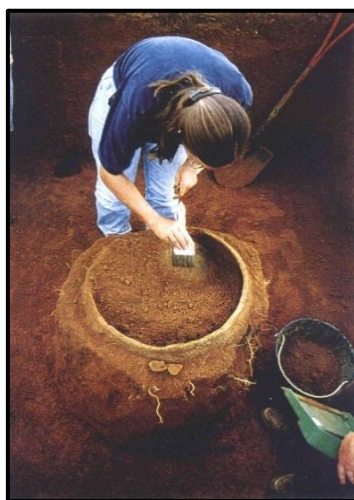


Figura 7 - Retirada de uma urna funerária da Tradição Tupiguarani no sítio Santa Marina. Fonte: Fundação Cultural de Jacareí.

Recentemente, um sítio arqueológico identificado no município de Guararema, também no Vale do Paraíba, apresentou vestígios cerâmicos sem atributos que correlacionem à nenhuma das duas tradições descritas acima. O sítio Topo do Guararema, registrado durante o licenciamento ambiental da Linha de Transmissão Tijuco Preto–Cachoeira Paulista II (SCIENTIA, Resgate do Sítio Arqueológico Topo do Guararema, Município de Guararema, SP, 2004), está localizado na região serrana, local que pode ter sido habitado pelo grupo indígena Guaianá.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

Em termos cronológicos, as datações radiocarbônicas realizadas no laboratório Beta Analytic sobre amostras coletadas no sítio Topo do Guararema demonstram a presença desses indígenas na região ao menos entre 1.010 e 1.410 d.C., ou seja, no mesmo período dos sítios Aratu atrás referidos. Informações orais relatam a recente descoberta de outro sítio cerâmico similar ao sítio Topo do Guararema em suas proximidades (SCIENTIA, Diagnóstico Arqueológico e Histórico-Cultural da área da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA), município de Caraguatatuba, SP, 2006a).

3.2 Contexto Arqueológico Histórico

Assim como o período que antecede a chegada dos europeus no continente, o desenvolvimento das regiões varia conforme os processos de ocupações, o período em que ocorre e os ciclos econômicos que influenciaram a região. Nos próximos tópicos, descreveremos o contexto etno-histórico da ocupação humana, passando posteriormente ao histórico de cada município dentro da All, seus remanescentes arqueológicos e bens tombados.

3.2.1 O Contexto regional

Os primeiros relatos europeus sobre as populações indígenas que habitavam o litoral paulista podem ser encontrados no livro “Duas Viagens ao Brasil” do holandês Hans Staden, que chegou à povoação de São Vicente após o naufrágio de sua embarcação por volta de 1553, tendo então exercido as funções de arcabuzeiro na ilha de Santo Amaro, em frente à Bertioga, onde foi aprisionado pelos índios tupinambás, em janeiro de 1554. Nove meses depois, conseguiu fugir e, de volta à sua terra, relatou a experiência em seu livro:

“São Vicente é uma ilha que fica bem próxima da terra firme e tem dois povoados. Um deles se chama, em português, São Vicente, mas, na língua dos selvagens, Upau-Nema. O outro, localizado cerca de duas milhas de distância, chama-se Enguaguaçu. Além disso, há na ilha algumas fazendas, denominadas engenhos⁵, onde se produz açúcar. Os portugueses que aí moravam são amigos de uma tribo de selvagens brasileiros, os tupiniquins, cuja região se estende em oitenta milhas para o interior da terra e quarenta ao longo da costa. Ao norte e ao sul habitam inimigos desta tribo. Os inimigos ao sul são os carijós, os do norte chamam-se tupinambás.”

⁵ O Engenho São Jorge dos Erasmos, propriedade da Universidade de São Paulo, localizado no município de Santos, foi escavado por José Luiz de Moraes e equipe, com o apoio da FAPESP e da Universidade Católica de Santos. Na campanha de escavações de 2002/2003 foram descobertos os remanescentes de um sambaqui e o piso da capela, onde há vários sepultamentos (ArqGeo, 2009).

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

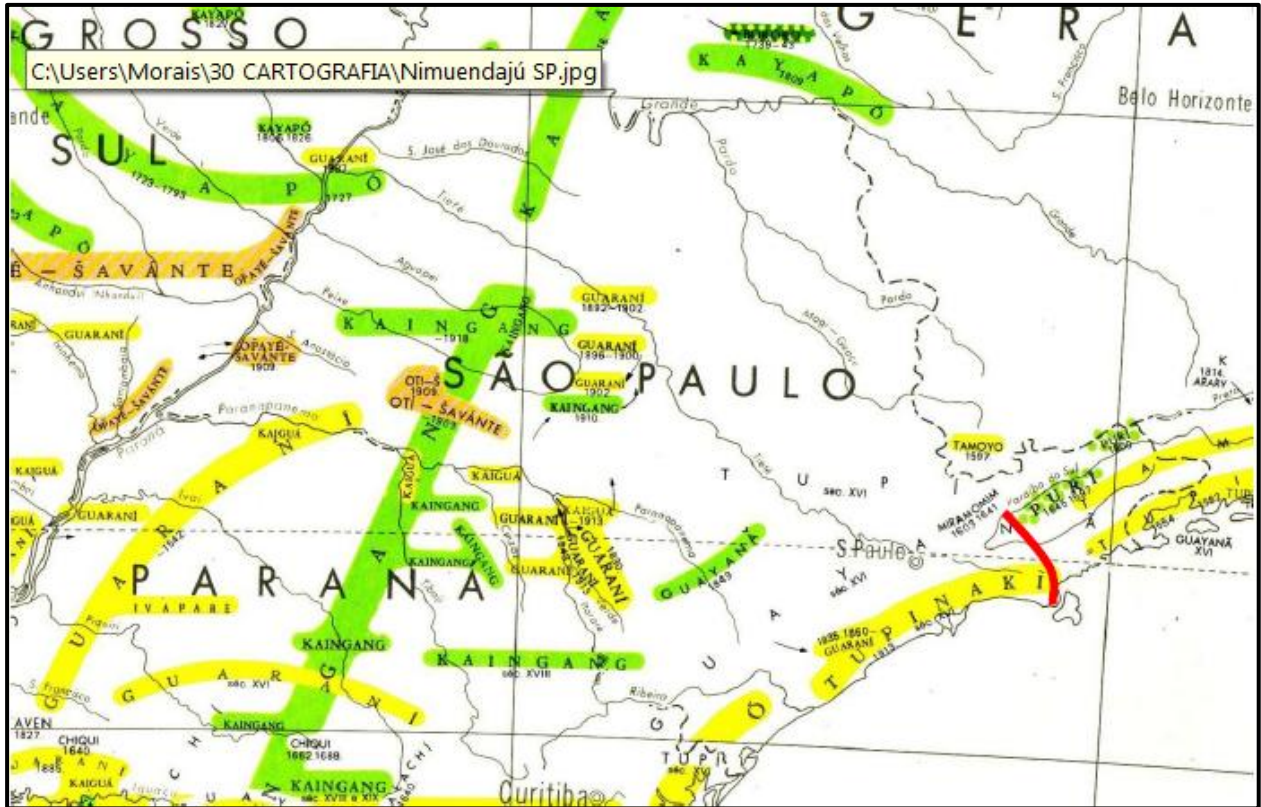


Figura 8 - Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju (1981) apontando as áreas de ocupação tupi (amarelo) e jê (verde). Em vermelho, o traçado do empreendimento OCVAP I e II. Fonte: NIMUENDAJÚ, 1981; extraído de ARQGeo, 2009

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

DATA	MUNICÍPIO	PESQUISADOR	SÍTIO	OCORRÊNCIA	OBS.:tipos de sítios / vestígios
1908	Aparecida			Pátio da Estação	Urna funerária Tupiguarani
1928	Aparecida			Ladeira Monte Carmelo, 165	Urna funerária Tupiguarani
1936	S. J. Campos	Ruy W. Tibiriçá		Rio Paraíba	Fragmentos de cerâmicas
1936	S. J. Campos	Ruy W. Tibiriçá		Chácara Boa Vista	Pontas de flechas em sílex
1946	S.J. Campos	Otorino de Fiori		Vários	Frag. cerâmicas e líticos
1952	Aparecida			Chagas Pereira	Cerâmicas Tupiguarani
1952	Aparecida			Rua João Andrade Costa	Fragmentos de Cerâmica
1953	Aparecida			Convento das Carmelitas	Urna funerária Tupiguarani
1957	Aparecida	Herta Loel – Scheuer		Largo da Feira	Fragmentos de cerâmicas diagnosticados em 1935
1966	Aparecida			Vários locais	Machado polido, cachimbos antropomorfos e fragm. cerâmicas
Déc. 80	S. J. Campos			B. dos Eucaliptos	Urna funerária Tupiguarani
1988	S. J. Campos		Iracema	Jardim Três Josés	Urnas funerárias e fragms. Tupiguarani
Déc. 80	S. J. Campos			Putim	Urna funerária Tupiguarani
Déc. 90	Jacareí	O. Blasi e M. Gainsler	Santa Marina		Sítio Tupiguarani, diagnosticado na década de 70
Déc. 90	Caçapava	Solange Caldarelli	Caçapava I		Sítio Aratu e Histórico
Déc. 90	Jacareí	E. M. R. Gonzalez P. E. Zanettini.	Santa Marina		Sítio Tupiguarani
Déc. 90	Jacareí	Maria C. M. Scatamacchia	Pedregulho		Sítio Tupiguarani
Déc. 90	Jacareí	Plácido Cali	Rio Comprido		Sítio Tupiguarani
Déc. 90	Jacareí	E. M. R. Gonzalez P. E. Zanettini.	Villa Branca		Sítio Tupiguarani
2000	Jacareí	W. G. Bernal e C. M. Queiroz	Light		Sítio Aratu
2000	Canas	W. G. Bernal e C. M. Queiroz	Caninhas		Sítio Pré-colonial
2004	S. J. Campos	Claudia M. Queiroz		Putim	Urna funerária Tupiguarani

Tabela 4 - Relação dos sítios arqueológicos encontrados nos municípios afetados pela AII e seu entorno. Fonte: Núcleo de Arqueologia de Jacareí.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

No “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”, Gabriel Soares de Souza relatou:

“Já fica dito como os tamoios são fronteiros de outro gentil, que se chamam Guaianases, os quais tem sua demarcação ao longo da costa por Angra dos Reis, e daí até o rio de Cananéia, onde ficam vizinhando com outra casta de gentios, que se chamavam Carijós. Estes Guaianases tem continuamente guerra com os Tamoios, de uma banda, e com os Carijós de outra, e matam-se uns aos outros cruelmente.”

A colonização europeia na região do litoral norte inicia-se no final do século XVI, atestada pelas primeiras povoações como as de São Sebastião e Ubatuba. Estas primeiras vilas eram formadas, em sua maioria, por casas de pau a pique e algumas construídas de pedra e cal. A economia baseava-se na agricultura e na produção de farinha, açúcar e aguardente. A mão de obra empregada nas fazendas e engenhos já instalados no século XVII era basicamente constituída de escravos indígenas.

Superada as dificuldades geográficas da serra do mar e com a fundação de novas vilas na região do planalto paulista, os conflitos entre europeus e indígenas intensificaram, forçando muitos grupos a fugirem para outras regiões mais afastadas, como o Vale do Ribeira e o Vale do Paraíba.

Em relação ao Vale do Paraíba, sabe-se que este foi ocupado inicialmente pelos Maramomis (ou Guaramomis) em todo o seu alto curso (Reis, 1979), pelos Tupiniquins em uma região próxima ao alto curso do Paraíba do Sul, segundo relatos de Antonio Knivet (KNIVET 1878 *apud* CALI, 1999) e pelos Goitacás na região do baixo Paraíba do Sul (Staden, 1999). Posteriormente, com a expansão européia vindo do litoral e a necessidade de escravos indígenas, a região foi invadida e ocupada pelos Terminós oriundos do Espírito Santo; Guaianás da recém fundada São Paulo de Piratininga; Tamoios e Tupinambás do Rio de Janeiro e os Puris do litoral do Rio de Janeiro e Espírito Santo (Reis, 1979).

Esse deslocamento de povos rumo ao Vale do Paraíba, criou uma tensão entre os vários grupos indígenas. Os Maramomis foram os primeiros indígenas a desaparecer da região, atacados pelos Tamoios que desciam pelo Vale do Paraíba, fugindo dos portugueses, após a expulsão dos franceses (seus aliados) do Rio de Janeiro, e pelos Tupiniquins que subiam pelo Vale, fugindo dos portugueses da região de Piratininga.

Os Puri parecem ter penetrado no Vale do Paraíba do Sul através do Rio de Janeiro, fugindo de suas terras de origem (litoral do Espírito Santo e Rio de Janeiro), empurrados pelos Tupis, de quem eram inimigos. Chegaram até o médio Paraíba na atual região do município de São José dos Campos (Sampaio, 1915). Há também informações de alguns grupos de Puris

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

que chegaram até a região de Taubaté, expulsos de Guaratinguetá, Lorena e região fluminense por Jacques Felix (Reis, 1979).

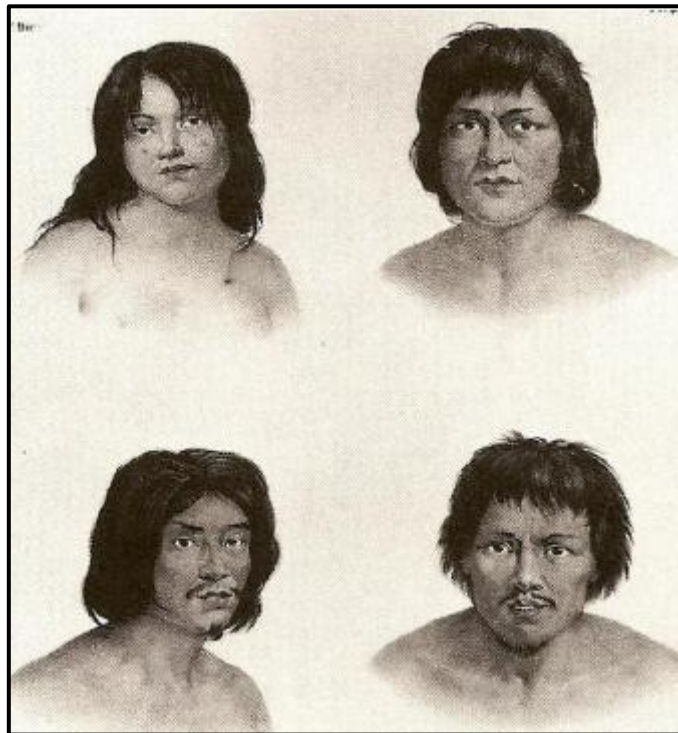


Figura 9 - Índios da etnia Puri, retratados pelo viajante Rugendas, no século XIX. Fonte: **(Rugendas, 1979)**

Com o desenvolvimento da colonização europeia, os contatos amigáveis estabelecidos entre os portugueses e os Tupis no início do século XVI foram-se alterando. Esse fato deveu-se, principalmente, à prática de apresamento de índios para uso como mão-de-obra escrava e à proibição, por parte da Coroa portuguesa, de escravizar os nativos e confiná-los em aldeamentos, onde viviam num tipo de regime de servidão. A consequência disso foi a fuga em massa dos Tupi paulistas, que se dirigiram para o Alto Tietê e para o Alto Paraíba, enquanto os Tamoio, como já foi dito, desciam Vale abaixo, pressionando os Puri no mesmo sentido (SCIENTIA, 2006; REIS, 1979).

Com a grande migração de indígenas para a região do Vale do Paraíba e a escassez de Guaranis (Carijós) capturados ao sul e oeste de Piratininga, os paulistas voltaram suas atenções para o Vale e, entre o período de 1640-1650, houve diversas fundações de novas vilas, como a de Taubaté (1645), Guaratinguetá (1651) e Jacareí (1652). Essas vilas serviam de base para as expedições que saíam de São Paulo, Parnaíba e Mogi das Cruzes, rumo a Serra da Mantiqueira e a futura Minas Gerais (Monteiro, 1994).

A partir da descoberta de metais preciosos nas Gerais, a região costeira paulista passou a escoar o ouro para a capital e comercializar mercadorias de subsistência com a região mine-

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

radora. Inúmeros caminhos foram abertos, ligando os portos do litoral norte paulista e o planalto, através das serras. O transporte era realizado com as tropas de muares. A região também serviu de rota para o contrabando tanto de ouro, como posteriormente de escravos africanos (Malerbi, 1980).

Conforme PASIN (2001), a ocupação de terras nos primeiros anos de povoamento do Vale do Paraíba, consistia em pequenas roças de mantimentos, na construção de engenhocas para o fabrico da farinha, do melado, do açúcar e da aguardente, e na criação de porcos e galinhas. Os escravos eram raros, e a subsistência da família era mantida pelo trabalho dos próprios membros. As produções principais eram milho, feijão, arroz, amendoim e fumo. O cultivo do algodão destinava-se à confecção de tecidos grosseiros.

De acordo com CALDARELLI (2002), foi no contexto acima descrito que surgiram as moradias rurais que deram origem aos sítios arqueológicos históricos conhecidos nos municípios de Caçapava (sítios Caçapava 1 e Caçapava 2) e Jacareí (sítio Jacareí 2).

Em meados da década de 1760, a Coroa portuguesa passou a estimular o cultivo de cana-de-açúcar, principalmente nos vales dos rios Paraíba e Tietê e no litoral norte, neste os engenhos produziam açúcar e aguardente para exportação, bem como produtos de subsistência.

Os portos do litoral norte escoavam também a produção do Vale do Paraíba, gerando grande riqueza ao litoral, a qual pode ser atestada pelas edificações remanescentes em Ubatuba, São Sebastião e Ilha Bela.

No final do século XVIII e começo do XIX a exportação foi proibida em portos locais do litoral norte acarretando a decadência das povoações ali instaladas. Este quadro foi revertido com o fim da restrição, trazendo novamente a prosperidade à região, que além da produção de açúcar e aguardente conjugou o cultivo e o beneficiamento de fumo e a atividade oleira.

A vinda da Corte portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, intensificou o intercâmbio comercial entre os centros urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro. O Vale do Paraíba, zona de passagem, ganhou revitalização econômica.

Nessa época, surgiram, a pequenos intervalos, os assentamentos rurais representados pelos sítios arqueológicos históricos registrados nos municípios de Caçapava (sítio Caçapava 1), Jacareí (sítio Jacareí 1) e Taubaté (sítio Taubaté 1), todos em volta de um antigo caminho de tropeiros (Caldarelli S. B., Projeto de salvamento do patrimônio arqueológico da faixa de domínio da Rodovia Carvalho Pinto, Vale do Paraíba, São Paulo., 2002).

Com o novo ciclo econômico do café, as fazendas de cana-de-açúcar cederam lugar a esta nova produção. O escoamento tanto da produção local como do Vale do Paraíba era realizado através dos portos de Ubatuba e de São Sebastião.

A cultura cafeeira no Vale levou à constituição das grandes latifúndios monocultores que se tornaram o símbolo de riqueza na região. Sua produção estava intimamente ligada à mão de

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVP I E II
		NOVEMBRO / 2011

obra escrava, estruturando toda a fazenda numa organização que separava o casarão residencial da senzala e da casa dos agregados, dentro de uma arquitetura padronizada entre as fazendas de café do vale-paraibano (MAIA & HOLLANDA, 1975 *apud* SCIENTIA, 2006b).

É nesse contexto descrito acima em que se encaixa o sítio Chácara Xavier, no bairro São João do município de Jacareí e escavado pela equipe da Fundação Cultural de Jacareí em 2005 e 2006. Durante os estudos foram evidenciados vestígios representados por fragmentos e peças em cerâmica, louça e vidro, distribuídos em vários locais da chácara, principalmente em áreas de depósito de lixo e antigas cozinhas externas.



Figura 10 - Trabalhos de campo no sítio Chácara Xavier. Fonte: Fundação Cultural de Jacareí, 2005.

Entre as inúmeras trilhas utilizadas então para a comunicação com a região serrana e do Vale do Paraíba destacam-se o caminho dos Tamoios (que ligava Ubatuba e Caraguatatuba ao Vale do Paraíba, via Paraibuna), as trilhas da Bertioga e as trilhas de Ubatuba (BRUNO, 1967; SCARANO, 1976).

Nas margens destes caminhos foram se formando ranchos e paradas de tropas, muitos dos quais originaram novas povoações. É nesse contexto de interação entre o litoral, serra e Vale do Paraíba que se insere a origem e a interação entre os atuais municípios de **Caraguatatuba, Jambeiro, Paraibuna e São José dos Campos**, definidos como Área de Influência Indireta meio antrópico do empreendimento.

Estes caminhos passaram a ocupar um papel secundário quando da abertura do caminho terrestre que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro através do Vale do Paraíba e, principalmente quando da implantação da Estrada de Ferro São Paulo – Rio de Janeiro, a partir de 1869.

Com a construção da estrada de ferro e a abolição da escravatura o litoral norte de São Paulo sofreu novamente estagnação. No período que se estende entre o final do século XIX e meados do século XX, a comunicação entre os portos de Rio de Janeiro, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Ilha Bela, com Santos e o Rio de Janeiro eram realizadas por cabotagem

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVP I E II
		NOVEMBRO / 2011

e através de pequenos barcos ou canoas de voga. A região começa a prosperar com a construção de rodovias, que proporcionaram o crescimento do turismo (Scarano, 1976).

3.3 Formação Histórica e os Bens Patrimoniais dos Municípios Envolvidos

3.3.1 O Município de Caraguatatuba

As origens de Caraguatatuba datam de 1653 ou 1654, quando João Blau, capitão-governador da Capitania de Nossa Senhora de Itanhaém, teria fundado a Vila de Santo Antonio de Caraguatatuba⁶, contudo, em função de uma epidemia que consumiu parte da população, tendo os que resistiram, quase todos, se mudado para outros locais, como Ubatuba, por exemplo.

Não obstante, devido às características geográficas – que prejudicavam o acesso de embarcações – Caraguatatuba tinha dificuldades, pois as atividades exercidas na região tinham total influência marítima. Sua economia e o crescimento populacional, ao contrário do que acontecia com as cidades de São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba, foram insignificantes para a época.

Dessa forma, somente em meados do século XVIII o governador da Capitania de São Paulo mandou erigir a povoação, determinando a instalação da Casa de Câmara, cadeias e demais edifícios públicos, com arruamento. Neste período, ali já existiria uma Igreja sob a invocação de Santo Antonio.

Porém, no começo do século XIX a vila de Santo Antonio de Caraguatatuba ainda se encontrava vazia, sendo conhecida como "Vila que Desertou". E somente com o fim da proibição de comercialização de produtos com o porto do Rio de Janeiro (restrição imposta pelo Édito de Lorena) é que a população e a economia voltaram a crescer.

Assim, a vila progrediu e principalmente sobre a égide do café alcançou seu apogeu, tendo sido tornada freguesia pela Lei nº 336, de 16 de março de 1847 e elevada à categoria de município pela Lei nº 581, de 20 de abril de 1857. Vinte anos depois, o município já possuía 1.668 habitantes, dos quais 176 eram escravos (SCARANO, 1976). A economia local além do café se baseava na também na pesca, na produção de cana, no fumo, na mandioca e no feijão.

No final do mesmo século, em função da abolição da escravidão, a economia local que era baseada na exploração da mão de obra escrava sofreu um duro golpe, tanto que no início do século XX Caraguatatuba encontrava-se em completo estado de estagnação econômica, sendo apenas a aguardente, a farinha de mandioca e a pesca as atividades predominantes.

Apesar de que já desde a metade do século XIX existia uma estrada de ligação entre Caraguatatuba e a vila de Paraibuna, predominava o transporte marítimo, que era tradicionalmen-

⁶ Em outra versão, a fundação do povoado se deu por volta de 1700, pelo genovês André Dona (SCARANO, 1976).

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

te realizado através da navegação de cabotagem, inicialmente em canoas de voga e, posteriormente, em pequenos vapores.

O ano de 1927 marcou o início das atividades da Fazenda São Sebastião, que passou a ser conhecida como “Fazenda dos Ingleses”, situada no município de Caraguatatuba. Uma área de 4.020 alqueires foi adquirida pela firma The Lancashire General Investment Company, com sede em Londres, Inglaterra. A propriedade, em seguida, foi arrendada pela Companhia Brasileira de Frutas, uma das fornecedoras, empresa inglesa.

Desde seu início, a Fazenda dos Ingleses dedicou-se a bananicultura e a citricultura para exportação exclusivamente para a Inglaterra. Uma rede ferroviária interna que chegou a atingir 120 quilômetros de extensão, incluindo 40 ramais, foi de vital importância para a implantação do projeto agrícola. Ela foi construída sob a administração do engenheiro Frank Robotton, com o auxílio de 80 práticos portugueses contratados principalmente em Santos e no Rio de Janeiro.

Toda a produção era escoada para o cais particular situado no bairro Porto Novo, de onde se fazia o transporte até o canal de São Sebastião, em frente a Ilhabela. No canal, os navios da companhia Blue Star Line aguardavam a chegada dos chatões para o transbordo da carga e seu transporte para até um dos portos da Inglaterra.

Dessa forma, a Fazenda contribuiu para a mudança no quadro geral da situação de Caraguatatuba, constituindo o principal fator de desenvolvimento do município até a expansão do turismo, tanto que a empresa exportadora de frutas foi uma das três maiores do gênero na América do Sul. Assim, em 30 de novembro de 1947, através da Lei nº 38, Caraguatatuba alcançou a categoria de Estância Balneária (A Lasca, Diagnóstico do Patrimônio Cultural Arqueológico - Aterro sanitário de Caraguatatuba, Município de Caraguatatuba. Relatório final, 2010).

É nesse período de ascensão e destaque econômico que se insere o sítio Morro do Flare, identificado e escavado em 2008 em uma ação mitigadora para a obtenção de licenciamento (LO), para a implantação do Ground Flare na área da UTGCA (A Lasca, Programa de Prospecção Arqueológica Profunda, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área Industrial da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba, SP. Relatório do Salvamento Arqueológico do Sítio Histórico Morro do Flare, 2008). As investigações realizadas no local, assim como a análise do material arqueológico coletado durante a etapa de estudo e resgate do sítio, corroboraram tratar-se de uma unidade residencial construída entre o final da década de 1920 e início da década de 1930, período este, que corresponde aos primeiros anos da implantação da Cia. Brasileira de Frutas, na área da propriedade então conhecida como “Fazenda dos Ingleses”.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011



Figura 11 - Faiança fina inglesa da A.Bros/Koro (1861 - 1968). Fonte: A Lasca 2008.

A análise do acervo material confirmou que os remanescentes dessa estrutura dizem respeito à ocupação do local desde pelo menos a década de 1920 até pelo menos 1968. A recorrência de artigos estrangeiros, vários de luxo, denota um consumo de alto padrão afinado com o protocolo social burguês. Além de produtos ingleses consumidos, ocorreram exemplares de artigos de Portugal e Alemanha, bem como Nacional em maior número (A Lasca, Programa de Prospecção Arqueológica Profunda, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área Industrial da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba, SP. Relatório do Salvamento Arqueológico do Sítio Histórico Morro do Flare, 2008).

Em 1954, o então governador Jânio Quadros, por meio de Lei aprovada pela Assembleia Legislativa, desapropriou 1.300 alqueires da área pertencente à Fazenda dos Ingleses, para a criação do Parque Estadual de Caraguatatuba. Sendo que a Comarca de Caraguatatuba só foi criada em 1959 pela Lei nº 5.282 e instalada em 23 de setembro de 1965.

Em 1967, porém, Caraguatatuba sofreu o impacto de uma catastrófica tempestade, que ocasionou deslizamentos de terra que soterraram parcialmente a cidade, tendo provocado a morte de dezenas de moradores. Este evento trouxe consequências desastrosas para o desenvolvimento econômico do município. Tanto que cerca da metade da área da Fazenda dos Ingleses foi soterrada pelos deslizamentos decorrentes da tempestade que assolou a cidade.

Segundo especialistas, o que aconteceu em Caraguatatuba foi um fenômeno raríssimo, havendo uma precipitação de água excepcional. O problema de escoamento das águas que encharcavam os morros atingira de cerca de 200 quilômetros quadrados das escarpas da Serra do Mar, junto a Caraguatatuba. Para se ter uma ideia do fenômeno, basta dizer que em Caraguatatuba, em dois dias, caíram 580 milímetros de precipitação pluviométrica, quando a mé-

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

dia anual do Brasil é de 1000 a 1200mm por ano. Com isso, houve o rompimento dos maciços da serra quando da saturação que causou os estrondos ouvidos a quilômetros de distância. Por conta desse evento, áreas como a do sítio Camburu, só puderam sofrer intervenções arqueológicas após a retirada da camada de soterramento, que equivalia em torno de 1,5m à 2m de espessura (A Lasca, Execução dos Serviços de Salvamento Arqueológico do Sítio Camburu, em Subsuperfície, na Baixada da Área Industrial da UTGCA, no Município de Caraguatatuba-SP, 2009).

3.3.1.1 Bens tombados e de relevância histórica em Caraguatatuba

Embora, exista o interesse em se promover ações de preservação e conservação da memória e dos patrimônios locais pela Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba – FUNDACC – da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o município não possui bens tombados.

Todavia, este órgão municipal realizou o levantamento de bens edificados do município de relevante interesse cultural, a saber:

Edificação	Localização
Obelisco	Chafariz Praça Dr. Cândido Mota – Centro
Obelisco (vide Figura)	Relógio Solar Praça Dr. Cândido Mota – Centro
Edifício do atual Polo Cultural Adaly Coelho Passos (vide Figura)	Rua Altino Arantes, 72 – Centro
Igreja Matriz de Santo Antonio de Caraguatatuba	Praça Dr. Cândido Mota – Centro
Casa de Saúde Stella Maris	Avenida Miguel Varlez, 980 – Caputera
Fazenda Serramar (Fazenda dos Ingleses)	Estrada Rio-Santos – Porto Novo
Antigo porto da Fazenda dos Ingleses	Foz do rio Juqueriquerê: em estudo de tombamento
Estrada Rio-Santos	Porto Novo



Figura 12 - Relógio Solar Praça Dr. Cândido Mota.⁷



Figura 13 - Polo Cultural Prof Adaly Coelho Passos.

3.3.2 O Município de Paraíbuna

⁷ Figuras 4 e 5 extraídas do site fundacc (<http://www.fundacc.com.br/>).

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

A origem do município data de meados do século XVII, quando um grupo de sertanistas vindos de Taubaté e São Paulo desceu o rio Paraitinga até a sua confluência com o rio Paraibuna. Fixaram-se em uma clareira próxima à confluência desses dois rios no dia 13 de junho de 1666, construindo uma cabana e uma capela em homenagem ao santo do dia – Santa Antonia, fundando o povoado de Santo Antônio da Barra de Paraibuna.

Assim o povoado permaneceu vários anos, com poucos habitantes e servindo apenas como pouso para os viajantes e as tropas em trânsito entre litoral norte, Vale do Paraíba e planalto de Piratininga. Em 1773, o Capitão-Geral de São Paulo, D. Luiz Antônio de Souza, nomeou o Manuel Antônio de Carvalho, para que assumisse a administração do povoado.

Em 20 de agosto de 1812, foi criada a freguesia com o nome de Santo Antônio do Paraibuna, em terras do Município de Jacareí. Passou à condição de vila em 10 de julho de 1832, e devido a fatos políticos, em que pessoas de Paraibuna apoiaram a revolução de 1842, exigindo a república, somente em 30 de abril de 1857 é que recebeu foros de cidade, já com o nome de Paraibuna (do tupi, — rio das águas escuras).

3.3.2.1 Bens tombados e de relevância histórica em Paraibuna

Segundo o site CONDEPHAAT, há somente um bem tombado no âmbito federal e, ex-offício, estadual (Sede da Fazenda Conceição). Os demais bens edificados listados abaixo, assim como as figuras, correspondem aos bens de relevância cultural de acordo com o site da prefeitura do município⁸.

Edificação	Localização
Sede da Fazenda Conceição	Estrada para Roseira
Bica D'Água	R. Padre Antonio Pires do Prado – Centro
Casarões coloniais da Praça Matriz (fig. 6)	Praça da Matriz
Instituto Santo Antonio	Pça Dr. João C. Albuquerque, 59 – Centro
Igreja Matriz – Paróquia Santo Antonio de Paraibuna	Pça Monsenhor Ernesto Almírio Arantes – Centro
Mercado Municipal José Bento Rangel “Zezinho Bento”	R. Manoel Antônio de Carvalho – Centro
Praça Monsenhor Ernesto Almírio Arantes	Praça Monsenhor Ernesto Almírio Arantes
Grupo Escolar Dr. Cerqueira César	R. Coronel Camargo, 125 – Centro
Prédio da Prefeitura Municipal	R. Humaitá, 20 – Centro
Santa Casa de Misericórdia do Divino Espírito Santo	R. Major Soares – Centro
Igreja de Nossa Senhora do Rosário (fig. 7)	R. Major Soares – Centro
Cemitério Municipal	R. Benedito Mário de Calazans – Centro
Capela Nossa Senhora dos Remédios	Morro do Remédio
Fazendas Coloniais	Zona rural, principalmente no Vale da Fartura

⁸ Prefeitura Municipal de Paraibuna - <http://www.paraibuna.sp.gov.br/turismo.php>

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011



Figura 14 - Casarões da Praça da Matriz



Figura 15 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário



Figura 16 - Sede da Fazenda Conceição. Fonte: CONDEPHAAT

3.3.3 O Município de Jambeiro

No caminho entre Paraibuna e Caçapava, em território desse último, no bairro de Capivari, localizava-se um tradicional pouso de tropas entre São Paulo e Minas Gerais. Em 1868, o Capitão Jesuíno Antonio Batista, de São Luiz do Paraitinga, fez a doação de um terreno para a construção da Capela de Nossa Senhora das Dores do Capivari, formando-se um povoado em seu entorno. Em 10 de abril de 1872, foi elevada a freguesia com o nome de Capivari, no Município de Caçapava. Em 30 de março de 1876, foi criada a vila, que recebeu o nome de Jambeiro no ano seguinte, em 8 de maio.

O desenvolvimento do município esteve vinculado ao café e, posteriormente, quando essa cultura entrou em declínio, a economia local se voltou para a pecuária leiteira.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

3.3.3.1 Bens tombados e de relevância histórica em Jambeiro

Há somente um único bem edificado tombado no município, conforme consultado no banco de dados do IPHAN. Porém, segundo o site da prefeitura e do CONDEPHAAT, não há bens edificados tombados no município. De acordo com o relatório elaborado pela Scientia Consultoria Científica (SCIENTIA, Diagnóstico Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do Gasoduto Caraguatatuba - Taubaté. Relatório Final, 2006b), que entrou em contato com o Assessor de Comunicação da Prefeitura Municipal, não havia até o presente momento nenhum aspecto de relevância histórica no município.

Conforme os dados obtidos no CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos), o sítio histórico Fazenda Santa Rita (SP01040) foi identificado em 2007 pela empresa Zanettini Arqueologia (Zanettini, 2007) durante uma vistoria rápida para a implementação de um anel viário no município. A edificação tombada como patrimônio corresponde à sede da fazenda, datada da segunda metade do século XIX e apresenta técnica construtiva de taipa de pilão, cantaria e alvenaria de tijolos maciços.



Figura 17 - Mercado Municipal de Jambeiro construído em 1896⁹



Figura 18 - Igreja Matriz.

3.3.4 O Município de São José dos Campos

O povoado conhecido como Vila Velha, que deu origem ao município de São José dos Campos, fundado em meados do século XVI pelo padre José de Anchieta, era um aldeamento de índios guaianases oriundos de São Paulo de Piratininga, situado no alto do Rio Comprido. A ocupação inicial se deu por conta de uma Sesmaria doada à Companhia de Jesus por volta de 1590, ocupado por uma fazenda de pecuária e centro de missão de catequese, a qual se tornou oficial em 1611.

Os conflitos entre os religiosos e os fazendeiros pela utilização do trabalho compulsório indígena provocaram a expulsão dos padres e a extinção da missão. Posteriormente, entre

⁹ Figuras extraídas de ARQGEO, 2009.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVP I E II
		NOVEMBRO / 2011

1646 e 1660, os jesuítas reinstalaram-se em nova Sesmaria distante cerca de 15km a nordeste da aldeia velha, onde hoje se encontra o Centro da cidade, ao qual denominaram Vila Nova de São José (SCIENTIA, Diagnóstico Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do Gasoduto Caraguatutuba - Taubaté. Relatório Final, 2006b).

Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil e todas as terras confiscadas pela Coroa. Nessa época, com o intuito de reerguer a Capitania, uma providência foi elevar à categoria de Vila diversas aldeias, com o objetivo de aumentar a arrecadação provincial. Em 1767, mesmo antes de se tornar freguesia, a aldeia foi elevada a categoria de Vila, com o nome de São José da Paraíba, em terras desmembradas do território de Jacareí.

A emancipação política não trouxe grandes benefícios, permanecendo a vila em longo período de marasmo até meados do século XIX, quando passa a exibir sinais de crescimento devido a alguma produção de algodão e café, mas nada que pudesse ser comparados aos demais municípios do Vale que participaram do período áureo do café. Recebeu foros de cidade em 22 de abril de 1864, mas sua denominação atual foi atribuída, posteriormente, em 2 de abril de 1871.

Já no início do século XX, a cidade ganha destaque com a chamada “fase sanatorial”, onde inúmeros doentes passaram a procurar a cidade em busca de cura para a “peste branca”, a tuberculose pulmonar. Gradativamente, a cidade criou uma estrutura de atendimento e, em 1924, foi inaugurado o Sanatório Vicentina Aranha, o maior do país.

Por conta dos Sanatórios, São José acolheu muitos boêmios, artistas e letrados incrementando a vida cultural da cidade. Por outro lado, por conta disso, as pessoas tinham medo de respirar o ar de São José dos Campos devido ao medo de contágio da peste branca.

Em 1935, o município foi transformado em Estância Climatérica e Hidromineral, e com as medidas de reerguimento do Vale, tomadas pelo governo Vargas, a cidade pode investir em infraestrutura. O processo de industrialização tomou impulso a partir da instalação do Centro Técnico Aeroespacial – CTA, em 1950 e da inauguração da Rodovia Presidente Dutra, em 1951, cortando a área urbana da cidade. Nas décadas seguintes ocorreu a consolidação da economia industrial com expressivo aumento demográfico.

3.3.4.1 Bens tombados e de relevância histórica em São José dos Campos

Visando a preservação de seu patrimônio histórico, o município conta com um órgão municipal denominado COMPHAC (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural do Município de São José dos Campos), criado em 20 de setembro de 1984, e que está associado à Fundação Cultural Cassiano Ricardo, criado em

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

março de 1986 devido à grande movimentação da sociedade em prol de uma instituição cultural com maior autonomia.

Abaixo, uma tabela com os bens tombados segundo informações obtidas no COMPHAC¹⁰ e no CONDEPHAAT:

Edificação	Localização
Antiga Cadeia de Santana	R. Guarani, 141 – Santana
Fórum	Pça Afonso Pena, 74 – Centro
Pça João Mendes	Centro
Capela Nossa Senhora da Saúde, Cruzeiro e Jardim	Av. Heitor Villa Lobos, 1961 – Vila Betânia
Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada	R. Maj. Antônio Domingues, 190 – Centro
Antiga residência de João Batista de Souza Soares	R. Sebastião Humel, 439 – Centro
Antiga residência de Mário Alfredo Weiss	Av. Dr. Nelson S. D'ávila, 363 – Centro
Antiga residência de Genésia B. Tarantino	Pça. Padre João, 22 – Centro
Complexo da antiga Tecelagem Parahyba e Fazenda Santana Rio Abaixo	Bairro Santana
Cine Santana	Av. Rui Barbosa, 2005 – Santana
Capela Santa Cruz	R. José Leite da Silva, 60 – Dist. De Eugênio Melo
Sanatório Vila Samaritana	R. Paraibuna, 75
Estação Ferroviária Central S. J. dos Campos	Av. Sebastião Gualberto, 203 – Vila Maria
Estação Ferroviária Eugênio Melo	Antiga estrada de rodagem Rio – São Paulo, Dist. De Eugênio Melo
Estação Ferroviária Eng. Martins Guimarães	Estr. Mun. Martins Guimarães, 2971 – 2981 – Martins Guimarães
Estação Ferroviária Limoeiro	R. Carlos Marcondes, s/n – Limoeiro
Sanatório Vicentina Aranha (fig. 14)	R. Eng. Prudente Meirelles de Moraes, 302
Paço Municipal	Pça Afonso Pena, 29 – Centro
Empresa Luz e Força de São José dos Campos	R. 7 de setembro, 77 – Dist. Eugênio de Melo
Mercado Municipal	Centro
Capela de São Miguel	Largo São Miguel, 66 – Centro
Theatro São José	R. XV de Novembro, 99 – Centro
Banhado	A.P.A. IV
Capela N. S. Aparecida	Travessa Chico Luiz, 67 – Centro
Cinema Paratodos	R. Cel. José Monteiro, 168 – Centro
Igreja São Benedito (fig. 15)	Pça Afonso Pena, 267 – Centro

¹⁰ <http://www.fccr.org.br/>

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVP I E II
		NOVEMBRO / 2011



Figura 19 - Sanatório Vicentina Aranha¹¹



Figura 20 - Igreja de São Benedito

¹¹ Figs. 14 e 15 extraídas do site da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (<http://www.cultura.sp.gov.br/>)

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

4. DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

A região abrangida pelo empreendimento revela indicativos de grande potencial arqueológico, resultantes de uma intensa ocupação humana em período de pelo menos nove mil anos. A informação sobre a pré-história revela elementos importantes sobre grupos pescadores-coletores, concheiros, caçadores-coletores e ceramistas da Tradição Tupiguarani, Aratu e Itararé, cujos achados estão distribuídos em vários dos municípios por onde passa o traçado.

Estudos realizados anteriormente na faixa de servidão (ADA), bem como nas AID e AII (ARQGeo, 2009; SCIENTIA, 2006b), demonstraram a existência de vestígios arqueológicos pré-coloniais na ADA. O primeiro foi identificado como sítio arqueológico Ribeiro, localizado no município de Paraíbuna e classificado como remanescentes de uma antiga aldeia de agricultores indígenas, possivelmente da etnia Puri. O mesmo já passou pelo processo de resgate e seu material está em fase de análise, com a expectativa de idade entre os séculos XIII e XV d.C. (ArqGeo, 2009).



Figura 21 - Delimitação do sítio arqueológico Ribeiro, na área diretamente afetada pelo GASTAU; compartilhada pelo sistema OSVAP e OCVAP I e II. Fonte: ARCGEO, 2009.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011



Figura 22 - Escavação, amostra do material cerâmico e ação de educação patrimonial durante o resgate do sítio Ribeiro. Fonte: ARCGEO, 2009.

O segundo local situa-se no Km 20,655 do duto projetado, a cerca de 40m do seu eixo, em terraço associado ao ribeirão do Cedro, sob as coordenadas UTM 23 K 437486 – 7395338, no município de Paraibuna. No local foi encontrado um fragmento de vasilha cerâmica que apresenta técnicas indígenas de fabricação (uso de roletes, queima em baixa temperatura e decoração corrugada). Também foram encontrados fragmentos de louça recente ou com algum interesse histórico. A ocorrência, apesar de isolada, é potencializada pelas informações de moradores locais, sobre o achado de outros fragmentos cerâmicos e de uma lâmina de machado (SCIENTIA, Diagnóstico Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do Gasoduto Caraguatatuba - Taubaté. Relatório Final, 2006b). Assim, é possível que existam outras ocorrências nas áreas de terraços adjacentes não-prospectados.

O relatório da Scientia Consultoria Científica ressalta a detecção de valas históricas e de restos de paredes de taipa, fora da faixa da AID, mas cujas características lineares podem atingir essa Área de Influência em diversos pontos.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVP I E II
		NOVEMBRO / 2011



Figura 23 - Local onde foram encontrados fragmentos cerâmicos e de louça, próximo ao ribeirão do Cedro, Paraibuna. Fonte: Scientia 2006b



Figura 24 - Localização da ocorrência de fragmentos (ponto central) e o traçado do empreendimento OCVAP I e II (vermelho). Imagem: Google Earth 2011; Fonte: Scientia 2006b.

As informações orais obtidas durante o levantamento exaustivo realizado pela Scientia Consultoria Científica (2006b) apontam para diversas ocorrências de vestígios arqueológicos, encontrados pelos moradores locais, principalmente na região do município de Paraibuna. Destacam-se, nesse sentido, os relatos sobre as fazendas históricas que estariam interligadas por vias que cortam o eixo do duto, como é o caso da região do ribeirão da Fartura.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

Tais fazendas representam diferentes ciclos econômicos, para os quais existe potencial de detecção de sítios ligados ao período escravagista, ao troperismo, à imigração, à economia cafeeira, etc. Do período colonial, há relatos da existência de cemitérios de escravos; de quilombos nos recônditos mais afastados das serras; de inúmeros caminhos históricos que cortariam a AID, ou ainda da existência de bairros ligados ao ciclo do troperismo.

Em relação aos registros indígenas, há vários indicativos de ocorrências de lâminas de machado polido e fragmentos cerâmicos. Porém, as que possuem maior relevância dizem respeito às possíveis ocorrências de urnas funerárias na bacia do ribeirão Claro, na Fazenda Rio Claro; de um sítio sob abrigo denominado “Toca do Bugre”; de um quilombo próximo ao ribeirão Lajeado e da possível ocorrência de casas subterrâneas com fragmentos cerâmicos (SCIENTIA, 2006b).



Figura 25 - Sr. Nelson, morador da Fazenda Boa Esperança em Paraíbuna, mostrando algumas peças históricas encontradas na fazenda e região, destinadas a exposição para visitantes. Fonte: Scientia 2006b.

Esse conjunto de referências aponta, portanto, para o alto potencial arqueológico da área, na caracterização dos impactos que possam ocorrer em função da implantação do sistema OCVAP I e II.

Os impactos indicados pela implantação do empreendimento correspondem ao período de implantação das obras e também ao de circulação na área de servidão do empreendimento, incluindo os acessos à mesma.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

Quanto à magnitude e abrangência do impacto, esta avaliação deve levar em conta a área do sítio que seria afetada pelo empreendimento, devendo ser considerada por um lado, a linearidade e a área estreita de abertura das valas das dutovias e, de outro, a área do sítio eventualmente encontrado e os tipos de vestígios associados, pois, neste caso, a contextualização do conjunto de vestígios arqueológicos é o aspecto mais importante para sua análise, podendo ocorrer, em caso de haver a interferência em parte deste contexto, a perda definitiva de várias informações sobre a ocupação ali existente.

Sobre a duração e reversibilidade destes impactos, caso haja alguma interferência nos sítios arqueológicos, estas se caracterizam de maneira permanente e irreversível, ocorrendo no período de intervenções das obras e também na fase de manutenção do gasoduto se houver sítios na sua faixa de acesso.

Conforme foi avaliada durante a implantação do primeiro empreendimento nesse traçado (GASTAU), a empresa responsável pela avaliação do impacto arqueológico avaliando à época:

“Os levantamentos aqui explicitados apontam, portanto, para o impacto negativo da implantação do empreendimento sobre o patrimônio arqueológico, sendo necessário à definição de medidas preventivas, mitigatórias e / ou compensatórias cabíveis. Entretanto, com a execução de algumas dessas medidas, implementadas através de Programas de Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico e, notadamente, de um Programa de Divulgação e Educação Patrimonial, preveem-se, ainda, desmembramentos positivos que poderão potencializar futuras medidas conservacionistas para os patrimônios histórico-arqueológicos local e regional.” (SCIENTIA, Diagnóstico Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do Gasoduto Caraguatatuba - Taubaté. Relatório Final, 2006b)

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

5. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

A caracterização dos impactos na área compreende o tipo de intervenção dos dutos projetados e os diversos tipos de sítios arqueológicos passíveis de serem encontrados na área do empreendimento, constando diversas formas de ocupação histórica (construções, estruturas de mineração, canais, muros de pedra, etc.) e pré-histórica (aldeamentos com urnas funerárias e materiais líticos polidos e lascados). Esses vestígios, de acordo com a extensão do empreendimento, estão bem distribuídos entre os municípios envolvidos, embora a avaliação de áreas de ocorrência mais específicas, com base nos dados disponíveis, esteja muito concentrada.

O que se depreende em termos de conjunto dos vestígios, porém, é que a probabilidade de ocorrerem impactos sobre eventuais sítios arqueológicos não pode ser descartada, necessitando de uma pesquisa mais pormenorizada na área do traçado proposto para que se possam identificar os locais onde ocorrem vestígios de ocupações pretéritas.

As medidas a serem tomadas, então, deverão compreender o aprofundamento dos estudos através de um Plano de Arqueologia Preventiva a ser encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, IPHAN, o qual emitirá a autorização de pesquisa conforme o estabelecido nas Portarias 007/88 e 230/02 do IPHAN e Lei Federal 3.924/61.

É importante ressaltar que o empreendimento objeto deste relatório será implantado na faixa de servidão do GASTAU, na qual já foram realizados trabalhos de arqueologia associados ao licenciamento ambiental desse empreendimento. Dessa forma, a implantação de um Programa de Prospecções Arqueológicas para este novo empreendimento corresponderia a um retrabalho na mesma área, o que se considera desnecessário.

Portanto, frente aos resultados até então apurados e aos trabalhos previamente executados em função do licenciamento do GASTAU, e considerando a mesma Portaria IPHAN 230/02, na esfera preventiva dos estudos arqueológicos, recomenda-se a liberação da área para emissão da Licença Prévia (LP) e da Licenças de Instalação (LI). Além disso, sugere-se que as obras do empreendimento sejam objeto de monitoramento arqueológico, entendido como o acompanhamento constante, na fase de implantação do projeto, das ações que envolvam movimentação de solo, de acordo com as orientações do IPHAN. Simultaneamente deve ser implantado a um Programa de Educação Patrimonial.

A tabela a seguir apresenta um resumo das atividades do Plano de Arqueologia Preventiva:

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVP I E II
		NOVEMBRO / 2011

PLANO DE ARQUEOLOGIA PREVENTIVA	APLICAÇÃO	ETAPA DE OBRAS	OBSERVAÇÕES:
Programa de Monitoramento Técnico Arqueológico (se indicado)	Nas porções do terreno indicadas na área do empreendimento.	Condiciona a emissão da Licença Operação (LO).	Depende dos resultados dos trabalhos realizados no programa de monitoramento técnico.
Programa de Resgate Científico Arqueológico (se necessário)	Se justifica, se achados vestígios materiais de interesse na área do empreendimento.	Condiciona a emissão da Licença Operação (LO).	Depende dos resultados dos trabalhos realizados dos programas de monitoramento.
Programa de Educação Patrimonial	Pode ser desenvolvido junto aos colaboradores envolvidos diretamente na implantação e operação do empreendimento em tela e / ou junto à população situada na respectiva AID, seja o público escolar, seja em entidades de classe, em associações de bairros, etc.).	Condiciona a emissão da Licença Operação (LO).	Pode ser constituída de atividades diversas, como: palestras, cursos, exibição de <i>banners</i> , distribuição de material informativo, <i>folders</i> , etc.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011

CITAÇÕES E BIBLIOGRAFIA

- A Lasca. (2010). *Diagnóstico do Patrimônio Cultural Arqueológico - Aterro sanitário de Caraguatatuba, Município de Caraguatatuba. Relatório final*. São Paulo.
- A Lasca. (2009). *Execução dos Serviços de Salvamento Arqueológico do Sítio Camburu, em Subsuperfície, na Baixada da Área Industrial da UTGCA, no Município de Caraguatatuba-SP. Relatório Técnico-Científico final*, São Paulo.
- A Lasca. (2008). *Programa de Prospeção Arqueológica Profunda, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área Industrial da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba, SP. Relatório do Salvamento Arqueológico do Sítio Histórico Morro do Flare*. A Lasca Arqueologia / Petrobras, São Paulo.
- Abreu, C. d. (1960). *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet.
- ArqGeo. (2009). *Diagnóstico arqueológico, avaliação de impactos e medidas mitigadoras - Sistema OSVAP - Escoamento dutoviário de álcool e petróleo*. São Paulo.
- Bornal, W. G. (2000). *Sítio Light: reconhecimento arqueológico*. IPHAN, Jacareí.
- Bruno, E. S. (1967). *História do Brasil, geral e regional* (Vol. 5). São Paulo: Cultrix.
- Caldarelli, S. (2001/2002). A arqueologia do interior paulista evidenciada por suas rodovias. *Revista de Arqueologia*, 14/15, 29-55.
- Caldarelli, S. B. (2002). *Projeto de salvamento do patrimônio arqueológico da faixa de domínio da Rodovia Carvalho Pinto, Vale do Paraíba, São Paulo*. DERSA/IPARQ/SCIENTIA, Santos.
- Caldarelli, S. B., & et al. (2003). *Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista: SP-070 – Rodovia Carvalho Pinto*. DERSA, São Paulo.
- Cali, P. (2003b). O patrimônio arqueológico de Ilhabela: pesquisas e reflexões. *Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira: Caderno de Resumos*, 12, 78.
- Cali, P. (2001). Projeto Arqueológico de Ilhabela. *Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira: Caderno de Resumos*, 11, 138.
- Cali, P. (2003a). *Sítio arqueológico Engenho Pacuíba I - Ilhabela - SP*. Ilhabela: Asseart.
- Cali, P. (1999). *Sítio arqueológico Rio Comprido I e seu contexto no Vale do Paraíba*. Jacareí: Mirante do Vale.
- Camargo, C., & Camargo, V. (1990). Arqueologia do Vale do Paraíba: escavações arqueológicas em Aparecida. *Caderno de Cultura do Vale do Paraíba*, 5.
- DeBlasis, P. A. (1988). *A ocupação pré-colonial do vale Ribeira de Iguape, SP: os sítios líticos do médio curso*. Dissertação de Mestrado. MAE/USP, São Paulo.
- Figuti, L. (1999). Economia/Alimentação na Pré-História do Litoral de São Paulo. In: M. C. Tenório, *Pré-História da Terra Brasilis* (pp. 197-203). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- González, E. M., & Zanettini, P. (1999). *Jacareí às vésperas do descobrimento: a pesquisa arqueológica no Sítio Santa Marina*. Jacareí: Mônaco Siani/Prefeitura Municipal de Jacareí/Fundação Cultural de Jacareí.
- Kashimoto, E. M. (1997). *Variáveis ambientais e Arqueologia no Alto Paraná*. São Paulo: Tese de Doutorado - MAE/USP.
- Maia, T., & Hollanda, S. B. (1975). *Vale do Paraíba, velhas fazendas*. São Paulo: EDUSP/Editora Nacional.
- Malerbi, E. (1980). São Sebastião. *CONDEPHAAT. Cidades Históricas*, 5.
- Monteiro, J. M. (1994). *Negros da terra*. São Paulo: Cia das Letras.
- Nimuendajú, C. (1981). *Mapa etnohistórico*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Pasin, J. L. (2001). *Os fundamentos históricos da industrialização do Vale do Paraíba*. Acesso em 09 de 2011, disponível em Portal Valedoparaiba.com: <http://www.valedoparaiba.com/terragente/estudos/est0022001.html>

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVP I E II
		NOVEMBRO / 2011

- Reis, P. P. (1979). *O indígena do Vale do Paraíba: apontamentos históricos para o estudo dos indígenas do Vale do Paraíba paulista e regiões circunvizinhas*. São Paulo: Governo do Estado.
- Robrahn, E. M. (1989). *A ocupação pré-colonial do vale do ribeira de iguape, SP: os grupos ceramistas do médio curso*. São Paulo: Dissertação de Mestrado. MAE/USP.
- Rugendas, J. M. (1979). *Viagem Pitoresca através do Brasil* (Vol. I e II). Belo Horizonte: Itatiaia.
- Sampaio, T. F. (1915). *Peregrinações de Antonio Knivet no Brasil no Século XVI*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Scarano, J. (1976). *Capitanias de Mar e Serra*. São Paulo: Rhodia.
- Scatamacchia, M. C., & Uchoa, D. (1993). O contato euro-indígena visto através de sítios arqueológicos do Estado de São Paulo. *Revista de Arqueologia*, 7, 153-173.
- Schmitz, P. I. (1984). *Caçadores e Coletores da Pré-História do Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas.
- SCIENTIA. (2006a). *Diagnóstico Arqueológico e Histórico-Cultural da área da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA), município de Caraguatatuba, SP*. São Paulo.
- SCIENTIA. (2006b). *Diagnóstico Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do Gasoduto Caraguatatuba - Taubaté. Relatório Final*. Scientia Consultoria Científica/Petrobrás/Biodinâmica, São Paulo.
- SCIENTIA. (2004). *Resgate do Sítio Arqueológico Topo do Guararema, Município de Guararema, SP*. Relatório Final, São Paulo.
- Staden, H. (1999). *Hans Staden: primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes [trad. Angel Bojadsen]*. São Paulo: Terceiro Nome.
- Uchoa, D. P. (1978/79/80). Sinopse do Arcaico do Litoral de São Paulo. *Anuário de Divulgação Científica, Tema de Arqueologia Brasileira*, 3, 15-32.
- Uchoa, D. P., & Garcia, C. D. (1983). Cadastramento de sítios arqueológicos da Baixada Cananéia-Iguape, litoral sul do Estado de São Paulo, Brasil. *Revista de Arqueologia*, 1 (1), 19-29.
- Zanettini. (2007). *Avaliação Arqueológica Rápida. Vistoria Arqueológica Não Interventiva. Anel Viário. Implantação do Anel Viário*. Zanettini Arqueologia, São Paulo.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO	DUTOS OCVAP I E II
		NOVEMBRO / 2011